

Diana Filipa da Costa Pimenta Cardoso

## A Perceção Social da Violência Interparental

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2012

Diana Filipa da Costa Pimenta Cardoso

## A Perceção Social da Violência Interparental

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2012

Diana Filipa da Costa Pimenta Cardoso

Ass. \_\_\_\_\_

## A Percepção Social da Violência Interparental

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, por Diana Filipa da Costa Pimenta Cardoso, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Jurídica, sob orientação da Professora Doutora Ana Isabel Sani.

## **Resumo**

Os maus tratos à criança têm vindo a ser reconhecidos como um dos maiores problemas da sociedade atual. O foco desta dissertação visa especificamente as experiências de vitimação indireta, designadamente, as que se relacionam com a exposição da criança à Violência Interparental.

A literatura revela que a exposição de um menor a uma situação de violência desta natureza, enquanto evento traumático, provoca na criança alterações nos âmbitos emocional, comportamental, cognitivo e fisiológico.

A concretização desta investigação teve como desígnio a adaptação e validação para a população portuguesa da Escala de Crenças sobre Violência Interparental (E.C.V.I.), o que nos possibilitou avaliar quais as crenças presentes sobre a problemática com base numa amostra de 200 indivíduos, de ambos os sexos e na faixa etária entre os 15 e 60 anos.

Os resultados do estudo realizado permitiram-nos concluir que, em termos gerais, as crenças e opiniões sobre a violência interparental dos participantes, vão de encontro à realidade, não tendo revelado uma distorção significativa do fenómeno, enquanto ato de violência, embora o sexo masculino tenha apresentado crenças com um maior grau de distorção do que o sexo feminino.

Consideramos pertinente, ainda, a realização de uma pesquisa com o objetivo de avaliar estatisticamente a notícia sobre a violência interparental em Portugal, tendo sido selecionada como única fonte um jornal diário nacional, o Jornal de Notícias, para não correremos o risco de repetição das mesmas notícias, o que nos permitiu concluir ser este tipo de violência muito pouco noticiada no nosso país.

## **Abstract**

Child abuse has been recognized as one of the biggest problems of modern society.

The scope of this dissertation specifically targets indirect victimization experiences, particularly those that are related to children's exposure to interparental violence.

The literature reveals that exposing a minor to a violent situation, as a traumatic event, might provoke changes in his emotional, behavioral, cognitive, and physiological states.

The main goal of this investigation is to evaluate the adaptivity of the Escala de Crenças sobre Violência Interparental (ECVI) to the Portuguese population, additionally checking its validity. Results were taken from a sample of 200 individuals, comprehending both sexes, with a range of ages between 15 and 60 years old.

The results of the study allowed us to conclude that, in general, beliefs and opinions from the participants, about interparental violence, are in accordance to reality, having no revealed a significant distortion of the phenomenon, as an act of violence, although males has revealed belief in a higher degree of distortion than the female gender.

Furthermore, we believe appropriate conducting a search in order to evaluate statistically the news of interparental violence in Portugal, having been used as the sole a source a national daily newspaper, Jornal de Notícias, not to run the risk of repeating the same news, that allowed us to conclude that there is a lack of documentation resources dealing with this problematic in our country.

## **Dedicatória**

*“Que, um dia, todas as crianças possam ser livres para crescerem felizes, com prazer e sem terem de sentir dor e sofrimento tão cedo”.*

(Ferreira, 2007)

## **Agradecimentos**

O presente trabalho reflete a aprendizagem de vários anos de formação que muito contribuíram para que o mesmo se realizasse.

Finalizada esta etapa, particularmente importante da minha vida, não poderia deixar de expressar o mais profundo agradecimento a todos aqueles que me apoiaram nesta longa caminhada e contribuíram quer para a realização deste trabalho quer para o meu crescimento, tanto académico como pessoal. Assim, começo por agradecer aos meus pais e à minha querida avó, em particular ao meu pai, Rodrigo Cardoso, pessoa incrível e que idolatro, que tudo me deu e a quem devo tudo o que existe de bom em mim. À sua sabedoria, amor pelas filhas e compreensão que sempre demonstrou nos bons e maus momentos e por estar sempre ao meu lado nesta conquista. Pai e Mãe o meu amor e a minha sincera gratidão.

Quero agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Ana Isabel Sani pela disponibilidade e empenho, pela motivação e dedicação e pelos seus conselhos e contributos indispensáveis à realização deste trabalho.

Agradeço a todas as pessoas que estiveram envolvidas na colaboração e participação deste trabalho de investigação, pois sem elas seria impossível a concretização do mesmo.

Exprimo os meus agradecimentos, também, a todos os meus amigos, em particular à Vânia Martins, ao Sacha Mould, à Daniela Calheiros, à Cristiana Carvalho e ao João Leal, que, de alguma forma, contribuíram e estiveram presentes nesta jornada.

Quero agradecer, ainda, à Universidade Fernando Pessoa por realizar e facultar a oportunidade de frequentar o curso de Psicologia.

# Índice

## INTRODUÇÃO GERAL

### PARTE I - Abordagem conceptual ao Tema da Exposição de Crianças à Violência Interparental

---

#### Capítulo I – Vitimação infantil

- |      |  |   |
|------|--|---|
| 1.1. | A problemática dos maus tratos a crianças e jovens       | 5 |
| 1.2. | Reflexo da violência doméstica no comportamento infantil | 9 |

#### Capítulo II – Violência Interparental

- |      |   |    |
|------|---|----|
| 2.1. | Crianças Expostas à Violência Interparental   | 12 |
| 2.2. | Estudos Portugueses e Internacionais sobre a Violência Interparental                | 12 |
| 2.3. | Impacto da Violência Interparental nas Crianças                                     | 18 |
| 2.4. | Variáveis Mediadoras do Impacto da Exposição à Violência Interparental              | 20 |
| 2.5. | Consequências da Exposição à Violência Interparental                                | 25 |
| 2.6. | A violência familiar como modelo de aprendizagem: mitos e crenças sobre a violência | 30 |
| 2.7. | Consciência social sobre violência interparental                                    | 33 |
| 2.8. | Direitos legais da criança exposta à violência interparental                        | 35 |

### PARTE II – Estudos Empíricos

---

#### Capítulo III –

- |      |  |    |
|------|--|----|
| 3.1. | Estudo 1 – Tratamento pelos Media do tema da exposição de crianças à violência interparental | 40 |
|------|--|----|

3.1.1. Objetivos de estudo	40
3.1.2. Método (Participantes, Instrumento, Procedimentos)	41
3.1.3. Apresentação dos resultados	43
3.1.4. Discussão dos resultados	44
3.2. Estudo 2 – Validação da Escala de Crenças sobre Violência Interparental (ECVI)	45
3.2.1. Objetivos de estudo	45
3.2.2. Método (Participantes, Instrumento, Procedimentos)	46
3.2.3. Apresentação dos resultados	49
3.2.3.1. Qualidades Psicométricas	51
3.2.3.2. Análises diferenciais	54
3.3. Discussão dos resultados	55
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>62</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>81</b>

## **INTRODUÇÃO GERAL**

Durante as últimas décadas tem-se vindo a assistir a um aumento das participações de maus-tratos infantis. Apesar de não se conhecerem e, eventualmente, de nunca virem a ser conhecidas as verdadeiras razões deste incremento de denúncias, o facto é que a problemática da violência e maltrato na infância é um problema com consequências não apenas do foro psicológico, mas também psicofisiológicas.

A problemática dos maus tratos tem recebido uma cada vez maior atenção por parte de diversas estruturas da sociedade (académicas, jurídicas, sociais, administrativas, sociedade civil, etc.), constatando-se que tem havido quer uma investigação continuada acerca dos fatores que contribuem para o mau trato, quer o desenvolvimento de formas de intervenção que procuram ser mais eficazes (Calheiros, Garrido & Santos, 2011).

Quanto às tipologias da violência, constata-se que a vitimação indireta, em particular a exposição à violência interparental tem sido negligenciada. Esta forma de vitimação deveria ser tida em conta como forma de maltrato independente, uma vez que é capaz de provocar, por si só, na criança que a vivencia, consequências nefastas ao nível do desenvolvimento (Durand, Schraiber, França-Junior & Barros, 2011).

Após uma vasta pesquisa sobre violência interparental, tivemos a oportunidade de constatar a existência de algumas limitações na abordagem científica ao fenómeno da vitimação infantil. As investigações têm-se focalizado, essencialmente, no uso de metodologias quantitativas e padronizadas, recorrendo a técnicas lógico-dedutivas numa procura de causa-efeito para explicar a problemática da exposição à violência interparental, não tendo a preocupação de compreender a forma como as crianças experienciam os episódios violentos e apreendem as suas significações. Tal tipo de abordagem não se traduz numa mais-valia pragmática para a sociedade, porque as descobertas não são devidamente transpostas e

aplicadas na resolução dos problemas associados a este tipo de problemática (Strauss & Corbin, 1998).

São muitas as experiências que podem causar nas crianças severas sequelas desenvolvimentais. A violência interpaparental é uma das mais graves e menos abordada. A prevalência de crianças expostas à violência entre os pais é uma questão que permanece ainda em aberto, sendo ainda necessária e urgente uma maior investigação acerca desta problemática.

A presente dissertação de mestrado tem como tema central uma das situações mais flagrantes de vitimação indireta, a da exposição da criança à violência interpaparental. Dada e escassez de estudos neste âmbito, esta investigação poderá ser um pequeno contributo para aprofundar e consolidar o conhecimento sobre esta problemática.

Esta dissertação está estruturalmente dividida em duas partes: uma parte teórico-conceptual e uma parte empírica. A primeira parte subdivide-se em dois capítulos, referente à abordagem teórico-conceptual dos maus tratos e à problemática da violência interpaparental. O primeiro capítulo aborda a temática do mau trato na criança e no jovem, nomeadamente, as diversas tipologias do mau trato, o esforço para estabelecer alguma uniformidade quanto à definição do conceito de maus-tratos infantis, os fatores que contribuem para a explicação e emergência discursiva e representacional deste fenómeno e a importância na adoção de estratégias para contornar o fenómeno. Neste mesmo capítulo são apresentadas, ainda, as consequências da violência doméstica no comportamento das crianças. O segundo capítulo debruça-se sobre a questão da problemática da violência interpaparental. Aqui são discutidas questões conceptuais e apresentam-se alguns dados nacionais e internacionais sobre este fenómeno, bem como os efeitos nefastos e respetivo impacto da violência interpaparental. O capítulo termina com legislação que é praticada em alguns países relativamente à violência interpaparental, incluindo em Portugal. Na segunda parte são apresentados dois estudos:

estatístico e empírico, este último de cariz quantitativo. No primeiro estudo é realizada uma pesquisa sobre a divulgação da violência interparental num jornal diário nacional, o Jornal de Notícias. No segundo estudo são descritas as qualidades psicométricas do instrumento, assim como a metodologia, os objetivos, o método, designadamente a amostra, o instrumento e os procedimentos, finalizando-se com a análise dos dados recolhidos. O presente estudo termina com a apresentação dos resultados e das principais conclusões, sem esquecer algumas limitações subjacentes ao mesmo.

**PARTE I - Abordagem conceptual ao Tema da Exposição de Crianças à Violência  
Interparental**

---

## **CAPÍTULO I – Vitimação infantil**

### **1.1. A problemática dos maus tratos a crianças e jovens**

Os maus tratos às crianças constituem motivo de profunda preocupação porque integram ofensas graves a direitos humanos fundamentais, hoje reconhecidos à criança enquanto Sujeito de Direito (Azevedo & Maia, 2006). A verdadeira dimensão do fenómeno dos maus-tratos, nas suas várias formas de expressão, não é conhecida. Contudo, os esforços de investigação, levados a cabo através de uma diversidade de iniciativas, à escala internacional, nacional, ou local, permitem, já, documentar o facto de se tratar de um problema de saúde grave que afeta uma larga parcela da população nas primeiras décadas da vida. O impacto negativo nos indivíduos incide nos domínios do bem-estar físico, psicológico, emocional, comportamental, cultural ou social, cujos efeitos podem persistir nas fases subsequentes do ciclo vital (Direção-Geral da Saúde, 2008). Pesquisas realizadas neste âmbito, indicam que crianças maltratadas são mais propensas a: sofrer de depressão e stress pós-traumático, fazer uso do abuso de substâncias, apresentar saúde física debilitada e a enveredar por comportamentos pré – delinquentes (Masten et al., 2008; Paxson & Haskins, 2009).

Os maus-tratos a crianças não são um fenómeno recente, produto da modernidade, nem há dados que sustentem a ideia, por muitos defendida, de que a sua expressão é atualmente maior do que noutros períodos. Outro é o seu significado, traduzido na importância e na visibilidade que progressivamente lhes têm sido conferidas, de forma a configurar este facto como um problema social. Diversos fatores contribuem para a explicação e emergência discursiva e representacional deste fenómeno:

- a popularização e a apropriação social de saberes como aqueles veiculados pela pediatria, pela psicologia do desenvolvimento e pela pedagogia, criaram a consciência do

caráter específico, estruturante e desenvolvimental da infância, enquanto período ou fase do ciclo vital;

- fatores de ordem social como o prolongamento da infância, motivado pela extensão do período de formação, e os progressos sociais e económicos de uma minoria dominante de países, geraram as condições propícias para o desenvolvimento de uma atenção crescente ao bem-estar das crianças, com a consequente valorização desta etapa da vida e das práticas educativas que, externamente, a organizam. A educação, exercida quer em contextos formais, quer informais, nos espaços públicos e institucionais e na privacidade do espaço familiar, passa assim a ser objeto de um olhar e de um cuidado especialmente dirigidos (Martins, 2001).

A preocupação com crianças maltratadas começou, essencialmente, na década de 60. Silva (1995) refere que essa preocupação *“é o reflexo de vários fatores sociais onde se destacam o reconhecimento da importância da infância na personalidade adulta, a sensibilização ao fenómeno da violência e a aceitação da responsabilidade da organização social nos fenómenos de desvio”* (p. 157). Em Portugal, a investigação científica em torno do mau trato infantil inicia-se nos finais dos anos 80, com o aparecimento dos primeiros estudos epidemiológicos e de caracterização social da criança mal tratada (Madeira, 2011).

Apesar dos avanços no estudo desta temática, a verdadeira dimensão do problema é, para a maioria dos estudiosos, ainda desconhecida. Trata-se de algo que, quase sempre, acontece dentro da esfera do privado, originando, consequentemente, problemas de ordem ética e deontológica. Trata-se, ainda, de um problema extremamente complexo e perante o qual é necessária muita sensatez para não nos sentirmos tentados a leituras que julgamos certas porque se apresentam demasiado “evidentes”. Nem sempre o lado mais visível da questão, aquele que ultrapassa as fronteiras da intimidade familiar, corresponde à parte mais dramática. Por vezes, o verdadeiro sofrimento esconde-se debaixo de pesados silêncios

vividos sob a ameaça contínua das consequências do seu rompimento ou debaixo da capa de uma família que parece perfeita (Pires & Miyazaki, 2005).

Os maus-tratos infantis, ao contrário do que ainda é o pensamento dos estudiosos sobre a matéria, não se circunscrevem apenas a famílias, social ou economicamente, desfavorecidas ou a zonas degradadas. Estes fatores poderão funcionar como potenciadores, mas atribuir-lhes toda a causalidade seria ter uma visão restritiva do problema. Este fenómeno abarca todas as classes sociais, mesmo as mais favorecidas, socialmente. As famílias disfuncionais surgem em todos os estratos sociais. Nas esferas mais altas da sociedade o problema pode revestir-se de outros contornos, podendo torná-lo ainda mais encoberto ou camuflado (Azevedo & Maia, 2006).

Alguns pais e educadores, arreigados a costumes e valores culturais do passado, porventura com maior incidência no campo do que nos meios urbanos, têm uma visão tradicionalista do ato de educar, validando processos tão obsoletos quanto cruéis. Outros, pretensamente modernos, possuem uma visão errada do seu papel como educadores, invertendo a relação hierárquica familiar, não proporcionando às crianças um modelo firme e coerente. Outros ainda, vítimas da sua própria ignorância, história ou contexto de vida, demitem-se das suas verdadeiras responsabilidades, ignorando ou desprezando, intencional ou involuntariamente, o seu papel como educadores (Canha, 2003). Assim, o maltrato infantil apresenta algumas dificuldades de clarificação e consenso, em função das diferenças socioculturais e dos próprios referenciais pessoais. O que para alguns indivíduos e grupos socioculturais serão formas de educação e disciplina, para outros pode ser considerado como formas de maltrato, e vice-versa (Alberto, 2010).

Tem-se vindo a verificar um esforço para estabelecer alguma uniformidade quanto à definição do conceito de maus-tratos infantis, baseada no princípio de que uma criança será sempre uma criança com as suas necessidades e interesses próprios, independentemente do

lugar e cultura em que se insere e, deste modo, como princípio básico, os acontecimentos que coloquem em causa ou violem as suas necessidades e interesses constituem maus-tratos. Este princípio torna-se, porém, numa questão delicada, uma vez que, como sublinha Soares (1997), *“quanto mais vaga for a definição, maior será a possibilidade de detetar casos”* (p.21). Apesar do reconhecimento da inexistência de uma definição sobre maus-tratos infantis universalmente aceite, Martínez Roig e De Paúl defendem a necessidade de encontrar critérios operacionais, atendendo às distintas condições e formas de maus-tratos. Os autores apresentam a seguinte definição de maus-tratos infantis: *“As lesões físicas ou psicológicas não acidentais ocasionadas pelos responsáveis do desenvolvimento são consequência de ações físicas, emocionais ou sexuais, de ação ou omissão e ameaçam o desenvolvimento físico, psicológico e emocional considerado como normal para a criança”* (Martínez & Paúl, 1993, p. 23).

É crucial que a intervenção para a proteção de crianças e jovens assuma um caráter preventivo e a intervenção deverá incidir, preferencialmente, sobre os contextos de risco (contextos familiares disfuncionais e desestruturados) por serem potenciadores de perigo. A sinalização, intervenção e acompanhamento das situações familiares (por meio de visitas domiciliárias e de trabalhos desenvolvidos com a família a nível da informação e formação sobre problemáticas familiares e sociais e a nível das suas competências parentais, pessoais e sociais) ajudam a prevenir situações de perigo e consequentemente, de maus tratos ao mesmo tempo que contribuem para a capacitação da família, a sua integração social e autonomização (Magalhães, 2005).

As instituições com competência em matéria de infância e juventude, as várias instituições sociais por onde passam necessariamente, as crianças e jovens, as entidades, instituições ou organizações com responsabilidade social no domínio das crianças e jovens e das próprias famílias devem estar articuladas e voltadas para uma mesma causa – a da

proteção das crianças e jovens – de modo a assegurarem uma intervenção plena, que cubra as necessidades de proteção das crianças e jovens em todas as áreas vulneráveis a que frequentemente são expostos (Calheiros, 2006).

A conceptualização de uma situação de mau trato deve permitir aos técnicos identificar e avaliar os processos subjacentes às situações de perigo vivenciadas pela criança, possibilitando aos diversos serviços efetuar um diagnóstico eficaz, bem como planificar a intervenção a realizar em meio natural de vida, com vista à remoção da situação de perigo e à promoção do bem-estar individual e familiar (Calheiros, Garrido & Santos, 2011).

## **1.2. Reflexo da violência doméstica no comportamento infantil**

Azevedo e Guerra (1995) entendem por violência doméstica *“todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis, contra criança e adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual, e – ou psicológico à vítima – implica de um lado uma transgressão do poder/ dever de proteção do adulto e, de outro, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”* (p.77).

Mesmo quando as crianças de lares violentos não são o alvo direto de abuso, frequentemente são envolvidas na violência dos seus pais de outras formas que as colocam em risco (Fantuzzo, Boruch, Beriama, Atkins & Marcus, 1997). As crianças correm riscos físicos quando intervêm nos conflitos entre os pais, ou são envolvidas acidentalmente na disputa. É possível, também, que sofram stress psicológico, especialmente quando são colocadas na posição de denunciar a violência às autoridades e, até mesmo, de testemunhar contra um dos progenitores em procedimentos legais. A violência doméstica é mais provável de ocorrer em famílias com filhos e especialmente com filhos de idade inferior a 5 anos. A violência é mais frequente na relação inicial de convivência doméstica, quando as crianças são pequenas

(O’Leary et al., 1989). Crianças que vivem em lares violentos costumam assistir, ouvir e intervir em episódios de violência doméstica (Holden & Ritchie, 1991).

Alguns estudos têm sido desenvolvidos com o objetivo específico de delimitar as consequências da violência doméstica sobre o desenvolvimento infantil. Tais estudos têm procurado explorar esta problemática nas suas diferentes formas, como a *violência física* - costuma ser utilizada com caráter “disciplinador” por um dos progenitores ou responsável; é caracterizada pelo uso da força física com o objetivo de ferir ou causar dor, deixando marcas ou não (Day et al., 2003) -, *abuso sexual* - definido como o envolvimento de uma criança numa atividade sexual que não entende totalmente, em que não consegue dar um consentimento informado, para a qual não se encontra preparada em termos do seu desenvolvimento ou que viola as leis ou interditos da sociedade. As crianças podem ser sexualmente abusadas tanto por adultos como por crianças e jovens que se encontrem numa situação de confiança, responsabilidade ou poder em relação à vítima (World Health Organization, 2006), - *negligência* - assenta no pressuposto de que cada criança tem necessidades básicas que não são satisfeitas. Diz respeito a cuidados inadequados ou omissões parentais e engloba três categorias: física (cuja definição é dificultada pela inexistência de critérios de avaliação da intencionalidade e do grau de risco-perigo para a criança), emocional e educacional (distintas da primeira pelas consequências para a criança e por vezes coincidentes com o mau trato psicológico) (Calheiros, Garrido & Santos, 2011), - *violência psicológica* - também conhecida como agressão emocional, é caracterizada por comportamentos de rejeição, depreciação, discriminação, humilhação ou desrespeito, punições exageradas e ameaças de agressões físicas ou testemunho ocular de agressões a outra pessoa (Glaser, 2002).

De acordo com as tipologias pesquisadas e estabelecidas em Estados ou Países ocidentais, a maioria enquadra a violência interparental nos maus tratos psicológicos, não se

constituindo por si própria como tipologia específica. Algumas exceções serão referidas no Capítulo II. Exemplos de investigadores que defendem a inclusão da violência interparental nos maus tratos psicológicos:

- Briere (1992) considera a violência interparental como forma de mau trato psicológico, podendo incluir os comportamentos dos pais para com a criança;

- Garbarino, Guttman e Seeley (1986, as cited in Peled & Davis, 1995, p. 3) consideram o testemunho de violência doméstica pela criança como forma de mau trato psicológico, entendido como “um ataque concreto por um adulto ao desenvolvimento da *self* competência social da criança, uma amostra de um comportamento fisicamente destrutivo”;

- Peled e Davis (1995) defendem três formas de mau trato psicológico: (a) aterrorizar a criança, (b) forçar a criança a viver em ambientes perigosos e (c) expor a criança a modelos de papéis negativos e limitados, circunstâncias que são comuns nas situações de violência conjugal testemunhada.

Há autores que, embora não considerem a violência interparental com tipologia própria, questionam a sua inclusão quer como forma de violência psicológica quer como forma de mau trato em geral. São os casos de Edleson (2000), que põe em causa a exposição da criança à violência na sua própria casa como uma forma de mau trato, e de Kerig e Fedorowicz (1999) que se preocupam em conseguir diferenciar a violência interparental do testemunho dos efeitos produzidos pela vitimação direta da criança.

## **CAPÍTULO II – Violência Interparental**

### **2.1. Crianças Expostas à Violência Interparental**

A exposição à violência interparental, ou seja, a constatação presencial da violência entre os pais, constitui uma forma de mau trato à criança. Esta situação não é um problema social novo, mas um problema que tem vindo a merecer um olhar cada vez mais atento da sociedade. O interesse crescente por esta problemática acompanha a constituição, relativamente recente, da violência doméstica como um problema social. De igual modo, a preocupação com o abuso das crianças, em geral, e com o abuso psicológico da criança, em particular, tem vindo a ser estimulada por uma progressiva consciência pública e profissional (Sani, 2006b). Este problema passou a ser considerado como um desafio para alguns serviços sociais e de saúde, começando a perceber-se, finalmente, com preocupação, a sobreposição entre testemunhar violência e ser vítima de outras formas de maus tratos. Por exemplo: algumas crianças vítimas de maus tratos físicos e sexuais, por parte dos pais, revelam nas suas histórias, que, durante muitos anos, experienciaram terror ao assistirem à violência física e verbal sobre a sua mãe. Convivem em segredo com a violência familiar e o medo reforça o silêncio (Sani, 2011).

### **2.2. Estudos Portugueses e Internacionais sobre Violência Interparental**

A situação das crianças, que experienciam pontualmente ou quotidianamente conflitos interparentais, não é, tal como se pode verificar através das evidências históricas, um problema social incógnito, mas sim de estudo recente. Os primeiros artigos acerca desta problemática foram publicados por Levine e Moore em 1975, quase quinze anos depois de Kempe e os seus colaboradores terem abordado o abuso físico infantil pela primeira vez (Kempe, Silverman, Steele, Droegemueller & Silver, 1962, as cited in. Holden, 1998). Mas, o

primeiro estudo, que utilizava a comparação entre amostras, somente foi publicado em 1981, tendo havido entre 1975 e 1995, apenas 56 artigos e três livros, publicados na área da violência interparental (Holden, 1998).

A problemática da violência interparental não se apresenta como um problema de saúde pública apenas para as vítimas diretas deste tipo de violência, mas também para as crianças (vítimas indiretas) que estão, na sua grande maioria, expostas aos incidentes familiares violentos. A estes dados acrescenta-se uma maior probabilidade de ocorrência de violência no início do relacionamento conjugal, em que os filhos são mais novos (O'Leary et al., 1989, as cited in Kitzmann, Gaylord, Holt & Kenny, 2003). A realidade sobre este fenómeno é difícil de contabilizar e está longe de ser rigorosamente conhecida.

Relativamente à prevalência e incidência da violência interparental, não existe informação oficial em Portugal acerca da problemática (Sani, 2011), desconhecendo-se estatisticamente a proporção das famílias expostas a estes conflitos, e ignorando-se, no contexto das mesmas, o número de crianças que experienciam este tipo de situações traumáticas no seu espaço doméstico : “ *A questão das crianças expostas à violência entre os pais é estatisticamente desconhecida em Portugal e apesar do conhecimento não oficial de que existem inúmeros casos, parece quase que incontornável a tendência para se intervir junto destas quando o problema é inevitavelmente exteriorizado do sistema familiar para instituições sociais...*”(Sani & Gonçalves, 2000, p.452 ).

Um dos obstáculos à contabilização deste fenómeno prende-se com o carácter privado da família (Almeida, André & Almeida, 1999) proporcionando uma forma de proteção em relação ao exterior. Um outro entrave prende-se com a falta de terminologia concreta, bem como instrumentos adequados (Edleson, Johnson & Shin, 2007). Os números, por vezes, são contabilizados apenas com base nos casos denunciados que transparecem numa pequena parcela da realidade, fora das estatísticas oficiais ficam as intituladas cifras negras por

desvendar. Assim, o número exato de crianças expostas à violência interparental em todo o mundo é desconhecida (Holden, 1998; Overlien, 2010).

Passaremos a ilustrar alguns estudos internacionais que refletem a dimensão deste fenômeno. Alguns estudos estimam a prevalência de crianças em ambiente familiar onde a violência marital ocorre. Por exemplo, num estudo com 303 crianças, levado a cabo por Spacarrelli, Sandler e Roosa (1994), 30% das suas mães relatou pelo menos um episódio de violência interparental na vida dos filhos.

Um estudo realizado por Silver et al. em 1995, junto de estudantes universitários, revelou que 37% relataram que estiveram expostos aos conflitos entre os pais (Overlien, 2010). Em 2002 Baldry concluiu que, numa amostra total de 1059 alunos italianos, 17,4% referiram terem sido expostos à violência interparental.

No estudo de Litrownick, em 2003, cada uma de duas crianças relatou ouvir adultos a gritar em casa uns com os outros e, uma em cada três referiu ter observado adultos a baterem-se mutuamente. Em 2003, Kitzman e colaboradores desenvolveram uma meta-análise de 118 estudos empíricos que examinaram o ajustamento psicológico de crianças que testemunharam violência doméstica. Os resultados evidenciaram que 63% dessas crianças apresentavam piores resultados do que as crianças que não foram expostas à violência entre os pais. Os seus problemas incluíam: ansiedade, agressividade, dificuldades de interação para com o grupo de pares e problemas académicos, todos em grau semelhante (Kitzman, Gaylord, Holt & Kenny, 2003). Ainda em 2003 Thompson, Saltzman e Johnson fizeram referência a um inquérito nacional em que 33,2% de mulheres no Canadá e 40,2% nos E.U.A responderam que os seus filhos estavam presentes nos episódios de violência. Em Espanha, no mesmo ano (2003), um estudo realizado por Corbalán e Patró em casa abrigo, os investigadores concluíram que 85% das crianças estiveram expostas à violência conjugal e 66% sofreram de violência física e psicológica (Hernández & Grãs, 2005).

Em 2005, Roustit et al. estudaram 3.023 adultos na área metropolitana de Paris, medindo a depressão atual e as tentativas de suicídio ao longo da vida, a violência por parceiro íntimo, a violência contra crianças e a dependência face ao álcool. Entre o grupo de pessoas entrevistadas, 16% relataram ter testemunhado violência interparental antes dos 18 anos. Os autores chegaram à conclusão de que os adultos expostos à violência interparental, durante a infância, apresentavam um maior risco de desajustamento psicossocial (Roustit et al., 2009).

McDonald e colaboradores apuraram em 2006 que 15,5 milhões de crianças americanas estão expostas à violência conjugal anualmente. O estudo foi realizado em famílias com e sem filhos, concluindo que a prevalência da violência é maior nos casais com filhos do que em casais sem filhos (McDonald, Jouriles, Ramisset-Mikler, Caetano & Green, 2006). De acordo com o relatório da Unicef de 2006, o primeiro número conhecido em Espanha estima que 188 mil crianças anualmente estiveram expostas aos conflitos conjugais. Além de estarem expostas à violência familiar, aumenta a probabilidade de serem alvo direto de abuso (Edleson, 2001). No entanto, segundo Fantuzzo e Mohr (1999), 70% de crianças expostas à violência conjugal também são vítimas de maus-tratos na infância (Jiménez, 2009).

Em 2009 Fehringer e Hindin apuraram que 472 jovens adultos - 45% do sexo feminino e 50% do sexo masculino - testemunharam violência interparental durante a infância. Em 2012, no Reino Unido, Mathilde, Overbeek, Schipper, Lamers-Winkelmann e Schuengel relataram que 16% de todas as crianças, entre os 2 e os 17 anos de idade, testemunharam, em algum momento de sua infância, agressão de um dos progenitores sobre o outro.

Em Portugal, ainda mais recentemente, começaram a ser impulsionados alguns estudos no sentido da problemática dos maus-tratos infantis, sendo as investigações, especificamente, na área da vitimação indireta e sob o impacto da violência interparental nas crianças e

adolescentes, ainda escassas e as últimas a ser iniciadas. A realidade portuguesa quanto ao número de crianças expostas tem vindo a ser estimada a partir de estatísticas como as da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), de dados das polícias ou estudos recentes sobre vitimação. Lourenço e Lisboa (1992) concluíram que 61% em 205 crianças de escolas oficiais confirmaram ter visto o pai bater na mãe.

Outro estudo português referenciado por Almeida, André e Almeida (1997, as cited in Sani, 2006b) concluiu que mais de metade das famílias onde predominaram situações de maus tratos foi confirmada a presença de sinais de violência conjugal entre os responsáveis pela criança. Em 2003, Sani procedeu à construção, adaptação e validação de instrumentos que apoiassem a avaliação de crianças vítimas diretas e indiretas de violência. A partir da utilização destes instrumentos, a autora partiu para a realização de um estudo comparativo que analisou se existiriam diferenças ao nível das crenças sobre a violência e nas perceções sobre os conflitos interparentais, entre crianças sem e com experiência de exposição à violência na família. Os resultados revelaram que o grupo de crianças com exposição à violência tinha, em geral, perceções mais negativas sobre os conflitos interparentais, do que aquelas que não se encontraram expostas a tal situação de risco, assim como evidenciavam uma maior perceção de ameaça face a tais situações de violência e um sentimento de culpa mais evidente pelos incidentes (Sani & Almeida, 2011).

Em 2007 o inquérito nacional de “Violência de Género” conclui que cerca de uma em três mulheres com 18 anos ou mais, diz ter sido vítima no último ano, ou em anos anteriores, pelo menos uma vez (Lisboa, Barroso, Patrício & Leandro, 2009). No entanto esses valores não nos apresentam dados específicos quanto ao número de crianças que presenciaram esta situação.

O relatório da administração interna (2008) das forças policiais demonstra que em termos globais, cerca de 46% das ocorrências foram presenciadas por menores (até 18 anos).

De acordo com as estatísticas referentes ao ano de 2009, publicados pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), os crimes de violência doméstica totalizaram 90,3% dos crimes registados; destes, 8,2% foram cometidos contra crianças (0 – 3 anos = 1%; 4 – 5 anos = 0,9%; 6 – 10 anos = 2,1%; 11 – 17 anos = 4,2%) (APAV, 2009). Contudo, estes valores não correspondem inteiramente à realidade, dado que a APAV, nas suas estatísticas anuais pelo menos até ao ano 2009, não teve em consideração a existência ou não de filhos por parte das vítimas. Quer isto dizer, que o valor 8,2% diz respeito a crimes de violência doméstica diretamente cometidos contra menores (vitimação direta), ficando-se por saber qual o número de crianças exposta à violência interparental (vitimação indireta) nos casos de violência doméstica (90,3%) nos quais não foi determinado o número de vítimas com filhos (APAV, 2009). Ainda em 2009, uma investigação leva a cabo por Martins revelou que a vivência em ambientes familiares violentos tem implicações muito sérias para a saúde da criança exposta à violência podendo estar na origem do nível significativo de sintomas pediátricos (cognitivos, comportamentais e emocionais) e alguns indicadores de um diagnóstico de perturbação de pós-stress traumático (Martins, 2009, as cited in Sani & Almeida, 2011).

A exposição da criança a qualquer tipo de violência, em particular à violência interparental, deverá ser uma preocupação tanto para a comunidade científica, que deverá desenvolver estudos que permitam elaborar programas de prevenção e intervenção, mas também de todos os cidadãos, no sentido em que qualquer pessoa que tenha conhecimento de crianças expostas a este tipo de violência deverá comunicá-lo às entidades competentes (e.g., autoridades policiais, CPCJ's, tribunal de menores). Os resultados atrás referidos apresentam escassa informação relativamente às formas de violência a que as crianças estão expostas e como estão envolvidas nos episódios violentos.

Após a apresentação destes estudos chegamos à conclusão de que a dimensão do problema é realmente oculta, havendo uma escassez de informação relativa às formas de violência a que as crianças estão expostas e como estão envolvidas nos episódios violentos. É crucial investir em políticas sociais, estratégias preventivas e serviços especializados, para diminuir a curto e a longo prazo este fenómeno. A identificação e o acompanhamento precoces desta problemática possibilitam, às crianças e às suas famílias, um apoio qualificado desde o início dos acontecimentos e proporcionam, também por isso, uma intervenção mais eficaz. Os serviços de apoio à primeira infância podem constituir-se como locais de segurança e de apoio para crianças mais vulneráveis. Os adultos que trabalham nestes programas podem contribuir para mudar a vida de uma criança afetada pela violência.

### **2.3. Impacto da Violência Interparental nas Crianças**

De acordo com Grych e Fincham (1990) qualquer relação de intimidade caracteriza-se por um certo grau de conflito, no entanto nem todas as expressões de conflito são stressantes para as crianças que a elas estão expostas. É importante referir que a exposição a determinados tipos de conflito pode ter um impacto positivo no sentido em que poderá promover na criança o desenvolvimento da capacidade de resolução de um problema (Benetti, 2006) bem como o desenvolvimento de estratégias de coping (Grych & Fincham 1990). Contudo, estudos têm vindo a demonstrar a existência de uma relação entre o conflito conjugal e problemas de ajustamento por parte das crianças que assistem ao conflito (Overlien & Hydén, 2009; Yates, Dodds, Sroufe & Egeland, 2003) sendo várias as sequelas da violência doméstica para as crianças (Silva, Coelho & Caponi, 2007).

Determinados padrões de interação conjugal, principalmente, aqueles que estão associados a uma maior adversidade e violência, foram relacionados a distúrbios no

desenvolvimento emocional, cognitivo, social e até a alterações psicofisiológicas na criança (El-Sheikh & Harger, 2001).

Para que o impacto da violência sobre a criança seja avaliado, em especial no que respeita à criança exposta à violência intrafamiliar, é necessário ter o entendimento de que a infância é uma etapa da vida extremamente delicada e importante e que requer investimentos afetivos e de suporte social muito significativos. Os cuidados prestados à criança, pela família e por outros grupos sociais e instituições, influenciarão sobremaneira a possibilidade da sua sobrevivência e da sua qualidade de vida. Ademais, servirão também como uma espécie de espelho de valores no qual a criança se vai refletindo e formando ideias sobre si própria, sobre os outros e sobre o mundo em que vive (Deslandes, Assis & Santos, 2005).

Um lar em que paira um clima de tensão permanente e de conflito familiar iminente é o ambiente característico das crianças que crescem a presenciar cenas de violência. As consequências vão desde marcas físicas, privação da satisfação de necessidades básicas (biológicas e psicológicas) e de educação, ao surgimento de problemas fisiológicos, emocionais, cognitivos e comportamentais. O envolvimento com a violência de personagens tão significativas como os pais, originalmente, responsáveis pelo seu acolhimento e proteção e com as quais se identifica, suscita diferentes reações na criança. A criança pode assumir uma postura ativa ou passiva diante dessa realidade, procurando interferir de modo a que a situação seja interrompida. Isso acontece em concordância com a forma como a criança constrói, no seu psiquismo, os significados e as representações sobre a experiência vivenciada por meio de recursos próprios. Nesse âmbito, alguns estudos salientam que nem todas as crianças expostas à violência intrafamiliar responderão negativamente, visto que a presença de fatores de proteção pode exercer um papel fundamental (Lourenço, Salgado, Amaral, Gomes & Senra, 2011). Dentre estes fatores destacam-se: o ambiente escolar, o relacionamento com a vizinhança e o suporte advindo dos demais membros familiares, entre outros (Sani, 2011).

#### **2.4. Variáveis Mediadoras do Impacto da Exposição à Violência Interparental**

A violência não ocorre de forma isolada, ela é parte de uma multiplicidade de outros factores responsáveis por afectarem o desenvolvimento da criança (Wolf et al., 2003 as cited in Brancalhone, 2004). Deste modo devemos lançar um olhar mais atento sobre os factores que podem ajudar a clarificar a relação entre a violência interparental e o ajustamento da criança (Sani, 2011). Assim, optamos por uma lógica de sistematização onde podemos agrupar tais factores moderadores em três categorias: características individuais da criança, características contextuais da violência e características situacionais da violência (Sani, 2011).

Em algumas investigações, as crianças do sexo masculino apresentam uma maior tendência em manifestar distúrbios de conduta e agressividade do que as crianças do sexo feminino, as quais teriam uma maior tendência a manifestar condutas e afetos depressivos (Fincham, 1994). Outros estudos, relativos ao sexo na compreensão das avaliações acerca do conflito interparental, mostram que as crianças do sexo feminino reagem com maior culpabilidade, preocupação, ansiedade e tristeza (Hughes & Luke, 1998). As crianças do sexo masculino são mais suscetíveis a reagir ao conflito parental com ameaça e agressividade (Kerig, 1998). Estes resultados sublinham a importância de considerar o sexo da criança como uma variável individual, que afeta as percepções das crianças acerca do conflito interparental (Kerig, 1998). A variável sexo é referenciada, em diversos estudos, como sendo a que apresenta resultados menos consistentes no que respeita aos efeitos da exposição à violência na criança. A investigação mais recente, que se tem dedicado ao estudo destas variáveis, caracteriza-se pela assunção de que as raparigas e os rapazes respondem de um modo estereotipado em termos de sexo. Em conformidade com esta ideia, os rapazes tenderiam a identificar-se mais com os pais e as raparigas com as mães, dando relevo às abordagens sobre a transmissão intergeracional da violência (Hester, Pearson & Harwin, 2000). Alguns estudos

defendem que os rapazes expostos à violência interparental apresentam mais problemas de externalização como agressividade e problemas de comportamento do que as raparigas (Davies & Lindsay, 2004; Martin & Clements, 2002; McIntosh, 2003; Yates, Dodds, Sroufe & Egeland, 2003;). No entanto, outros estudos salientam que as raparigas são mais propensas a apresentar problemas de externalização e de internalização, do que os rapazes (Cummings, Pepler & Moore, 1998; Holden & Ritchie, 1991).

Em relação à idade, alguns autores consideram que as crianças, desde os 6 meses de idade até ao termo da adolescência, respondem aos conflitos entre os pais (Shred et al., as cited in Davies & Cummings, 1994). Consequentemente, algumas reações específicas mudam consoante a idade, principalmente entre a infância e a adolescência (Cummings et al., 1984, as cited in Davies & Cummings, 1994). É errado pensar-se que crianças mais novas não sofrem qualquer impacto quando expostos à violência interparental porque não percebem ou não capazes de atribuir significado ao conflito. *“Estas podem não perceber o conteúdo das discussões, mas são sensíveis às emoções, pelo que são, também, afetadas pelos conflitos”* (Sani, 2006a). De facto, o desenvolvimento da criança tem uma influência importante na avaliação que faz do conflito interparental. A capacidade de compreensão das interações sociais é influenciada pelo nível de desenvolvimento cognitivo. Crianças mais novas apresentam-se, tendencialmente, mais confusas e com muitas dúvidas em relação ao conflito parental (Grych, 1998).

Um outro fator mediador muito importante, que surge referenciado na literatura, prende-se com algumas características da própria criança, em que o temperamento da criança assume particular destaque. Crianças com temperamento difícil são menos sensíveis a eventos positivos e mais reativas a acontecimentos negativos. Em casos limite, o temperamento difícil da criança pode exacerbar negativamente o conflito parental e consequentemente um aumento da insegurança emocional, assim como outros problemas (Davies & Cummings, 1994).

Alguns estudos referem que as crianças de raça branca, por comparação com outras raças, reagem de forma diferente (McFarlane, Groff, O'Brien, & Watson, 2003). No entanto, os resultados não são muito conclusivos. Questões como a herança cultural e religiosa, assim como determinados valores entre diferentes sociedades relativas à violência interparental podem traduzir diferentes formas de ajustamento da criança (Rossman & Ho, 2000). Todavia, não existem muitos estudos que sejam elucidativos.

A exposição da criança a episódios frequentes de disputa entre o casal, ou seja, a ocorrência de episódios constantes de conflito conjugal como forma de relacionamento familiar é um fator determinante de stress. Conflitos frequentes geram respostas emocionais intensas por parte da criança, que podem manifestar-se por meio de condutas agressivas ou depressivas (Dadds, Sanders, Morrison & Rebgetz, 1992). Crianças expostas a situações de conflitos conjugais apresentam maior incidência de sintomas de ansiedade, agressividade, distúrbio de conduta (Bogat, DeJonghe, Levendosky, Davidson & Von Eye, 2006; Jenkins & Smith, 1991) e depressão (Katz & Gottman, 1993).

A intensidade da expressão dos conflitos é variada. Pode caracterizar-se por situações de calma e disputa entre o casal, até episódios envolvendo agressão e violência verbal, emocional ou física. Apesar da evidência de que a exposição à violência física causa maior dano psicológico à criança (Zavaschi, Benetti, Polanczyk, Solés & Sanchotene, 2002) episódios de agressões verbais e emocionais têm efeitos tão negativos, quanto os de agressões físicas, e estão relacionados com a ocorrência tanto de problemas de interiorização como exteriorização (Grych & Fincham, 1990). A intensidade dos episódios de conflito entre o casal, também, está associada a uma maior frequência das situações de conflito.

As situações em que os conflitos são resolvidos entre o casal de forma satisfatória, não têm que ser caracterizadas, necessariamente, apenas e só por aspetos negativos. Ao contrário,

muitas vezes, geram importantes processos de amadurecimento emocional e cognitivo na criança, na medida em que promovem discussões menos coercivas, agressivas e com menor ataque verbal ao companheiro (Cummings, 1998). Certos padrões negativos de resolução de conflitos podem provocar efeitos adversos. Katz e Gottman (1993) mencionam os padrões de exigência e evitação e de mútua hostilidade contínua, como situações predominantes de dificuldades na resolução de conflitos. No primeiro caso, um dos elementos do casal procura alcançar uma mudança no companheiro através de críticas, exigências e demandas intensas, provocando a retração e o desinteresse no outro parceiro, que passa a evitar a situação, calando-se ou deixando de exibir qualquer forma de interação – padrão de demanda e de abandono. No segundo caso, críticas, manifestações de afeto negativo, utilização de ironia e de comentários depreciativos recíprocos assumem um padrão constante, caracterizado por mútua hostilidade contínua entre o casal. A resolução de conflitos familiares de forma agressiva é vivida como experiência cotidiana de violência, prespectivando o uso de estratégias agressivas como única forma de alcançar a solução dos problemas (Pereira & Benetti, 2005). Na investigação de Lisboa e colaboradores (2002), crianças vítimas de violência familiar manifestaram comportamentos agressivos nas estratégias de enfrentamento de conflitos com os colegas, indicando que o padrão familiar agressivo na resolução dos conflitos era transposto para o convívio social.

O tipo de conflito é outro potencial moderador que deve ser tido em consideração, dado que, diferentes conflitos podem corresponder a diferentes impactos (Sani & Almeida, 2011). Disso é exemplo o facto do testemunho da violência física provocar efeitos mais nefastos na criança do que a exposição a agressões verbais. Por outro lado, as crianças atribuem maior gravidade à agressão física do que à agressão verbal ou não verbal (Cummings & Davies, 1994; Zeanah & Scheeringa, 1997; as cited in Sani, 2011).

Uma outra variável, que deve ser considerada, tem a ver com o próprio conteúdo do conflito. Os conflitos conjugais, cujas desavenças tenham origem em aspetos relacionados com as crianças (ex. educação, resultados escolares), produzem nestas um stress emocional particular (Cummings & Davies, 1994), para além de outras questões, que podem ser equacionadas relativamente a sentimentos de culpa e de responsabilização pela ocorrência dos conflitos, com impactos negativos na criança (Grych, Jouriles, Swank, McDonald & Norwood, 2000).

No que respeita à experiência passada Margolin (2004) refere que é possível existir uma associação entre o ajustamento da criança, o início e a duração da exposição à violência interparental. De facto, as crianças, que tenham estado expostas a anteriores formas de conflito, tendem a exibir um stress maior quando enfrentam novas situações de conflito (Fang & Corso, 2008). A este respeito, estudos demonstram que quanto maior for o período de tempo passado entre a exposição a eventos violentos, menores serão os efeitos na criança.

As práticas parentais assim como a saúde mental da mãe têm sido identificadas como potenciais fatores de risco para as crianças expostas à violência interparental (Levendosky & Graham-Bermann, 2001). Outros estudos afirmam que um aumento exacerbado dos níveis de stress, motivado por dificuldades económicas e o consumo de substâncias de forma abusiva, pode aumentar o risco de adoção de condutas violentas (Fehringer & Hindin, 2009).

Outra variável a ter em conta, que não tem que ser, necessariamente, da exclusiva responsabilidade dos pais, resulta da não existência de uma comunicação positiva (Sani, 1999). Davies e Cummings, (1994), referem que um bom relacionamento de suporte e atenção por parte da mãe, pode contribuir para a diminuição da ameaça e do perigo à integridade física e psicológica da criança.

É sabido que a existência de uma rede de suporte social poderá reduzir o impacto negativo da exposição (Carlson, 2000; Sani, 2006b). Uma boa relação com os pares funciona como um fator de proteção face a eventos stressantes (Carlson, 2000). A comunidade desempenha um papel importante no que respeita ao auxílio que deve ser prestado a estas crianças e respetivas famílias. O suporte que a comunidade pode oferecer a estas crianças e famílias deverá passar pela prestação de serviços de proteção infantil, serviços de saúde, que se relacionem, por exemplo, com a questão da saúde mental infantil, casas abrigo para acolher as mulheres vítimas de violência doméstica, serviços que defendem os direitos das mulheres, facilidade no acesso do casal a terapia conjugal, prestação de serviços jurídicos, entre outros (Cummings & Baker, 2007; Sudermann & Jaffe, 1999). As crianças expostas à violência interparental têm uma maior probabilidade de se tornarem mais resilientes em Sociedades que lhes ofereçam os serviços e oportunidades de desenvolver relacionamentos positivos e prossociais tanto com os adultos como com os pares (Summers, 2006).

### **2.5. Consequências da Exposição à Violência Interparental**

Na medida em que a exposição a eventos assustadores, imprevisíveis e traumáticos interferem de forma significativa com os padrões desenvolvimentais normativos, testemunhar violência familiar de forma continuada gera vulnerabilidade física e emocional nas crianças (Carlson, 2000; Hughes, Humphrey & Weaver, 2005; Kitzmann, Gaylord, Holt & Kenny, 2003).

Muitos investigadores estudaram e apresentaram resultados, segundo os quais a violência conjugal tem efeitos diretos e indiretos na vida da criança e do adolescente, colocando em risco o seu desenvolvimento saudável (Grych et al., 2000; Margolin, 2005). A dimensão do conflito conjugal é considerada, atualmente, como um fator familiar importante para a ocorrência de distúrbios afetivos e manifestações clínicas no desenvolvimento infantil

(Zeanah & Scheeringa, 1997; Wamboldt & Wamboldt, 2000) e potencia determinadas características de comportamento posteriores, na fase da adolescência, tais como a agressividade, a conduta antissocial, o consumo de estupefacientes e o envolvimento com a lei (Fergusson & Horwood, 1998).

O testemunho de violência interparental tem efeitos profundos na criança, dada a proximidade, a intensidade e a continuidade da experiência, bem como, a importância que o contexto familiar tem para o seu desenvolvimento (Sani, 2011). As crianças expostas a este fenómeno correm o risco de reagir através de respostas mal adaptativas numa ou várias áreas de funcionamento, nomeadamente ao nível comportamental, emocional, social, cognitivo e físico (Cunningham & Baker, 2005). Segundo Sani, (2002), desde tenra idade, algumas crianças sofrem com a violência interparental e, mesmo quando não compreendem as discussões e as suas motivações, são afetadas por este tipo de conflitos, pelo facto de serem seres emotivos e sensíveis. Muitas vezes, estas crianças desenvolvem um sentimento de culpa, considerando-se responsáveis pelas situações de agressões a que assistem, ou consideram que atitudes de agressão fazem parte das relações pessoais e familiares, passando a interagir normalmente com os outros de forma agressiva.

Vários estudos concluem que a criança vítima de violência interparental desenvolve um comportamento com problemas de externalização (ex. raiva, agressividade, delinquência) e internalização (ex. medo, ansiedade, isolamento), apresentando problemas de ajustamento a vários níveis (Esfandyari, Baharudin & Nowzari, 2009; Herrenkohl & Herrenkohl, 2007; Wolf, Crooks, Lee, McIntyre-Smith & Jaffe, 2003) e evidenciando os efeitos prejudiciais das experiências ocorridas durante a exposição a violência conjugal (Sturge-Apple, Davies & Cummings, 2006).

Adolescentes expostos à violência conjugal apresentam, com maior frequência, problemas de internalização e externalização, quando comparados com crianças que nunca foram vítimas desta situação (Bourassa, 2007). Becker-Lausen e Mallon Kraft (1997, as cited in Sani, 2006b) revelam que as crianças, que experienciam, amiúde, a violência verbal, estão mais propensas a desenvolver problemas ao nível do álcool, abuso físico e delinquência, quando comparadas com as que não assistem ao abuso verbal. Um dos efeitos mais prejudiciais no desenvolvimento da criança concerne à ordem psicológica, ou o mesmo é dizer que, muitas das crianças são afetadas na perceção que têm delas próprias, tanto nos objetivos e nas estratégias de sobrevivência, como nos relacionamentos interpessoais (Sani, 2011).

As crianças expostas aos conflitos parentais apresentam um risco acrescido de sofrer abuso emocional (Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990), físico e sexual (Buckley, Holt & Whelan, 2007; Haj-Yahia & Zoysa, 2008; Shen, 2009). Estas crianças e adolescentes correm um risco maior de se tornarem vítimas de diversas formas de abuso. Ao nível do impacto importa ter em consideração, também, fatores de proteção, tais como, por exemplo, a ligação de afeto com a mãe (Holt, Buckley & Whelan, 2008).

Em relação à vertente emocional, alguns autores consideram que as emoções são fundamentais para que se percebam os significados e o impacto nos processos interpessoais (Saarni et al., 1998, as cited in Cummings, Goeke-Morey & Papp, 2003). Deste modo, as reações emocionais da criança aos conflitos interparentais proporcionam indicadores relativos ao seu funcionamento (Cummings & Davies, 2002; Thompson & Calkins, 1996, as cited in Cummings et al., 2003). Estas crianças apresentam frequentemente sentimentos de perda, raiva, confusão, culpa, medo, insegurança, falta de confiança (Eisikovits, Winstok & Enosh, 1998). Devido a toda a situação stressante existente no lar, as crianças apresentam uma ambivalência de sentimentos significativa, como por exemplo, manifestam preocupação com

o bem-estar do pai e, em simultâneo, interiorizam medo relativamente a ele. Por outro lado, no que concerne às mães, podem sentir-se ressentidas e desrespeitarem as suas escolhas, mas continuam a sentir simpatia e apoio por elas. Algumas crianças sentem-se culpadas pelo abuso exercido sobre um ou mais elementos do seio familiar e responsáveis pela proteção da mãe e dos irmãos, algumas outras tentam acabar com o conflito a todo o custo e, outras, ainda, enfrentam o agressor por forma a defender a(s) vítima(s) (Jaffe et al., 1990). Os resultados de um estudo quantitativo, realizado com crianças acolhidas em casas abrigo, apontaram para significativos problemas emocionais e comportamentais apresentados por este tipo de crianças (Coutinho & Sani, 2008).

Um outro efeito da violência interparental, sobre as crianças, prende-se com a vertente social. A observação da forma como os pais resolvem os seus conflitos influencia o modo como a criança constrói internamente os seus modelos de relacionamento e, por sua vez, poderá influenciar a forma de interação da criança com a sociedade. A criança acaba por interiorizar um conjunto de mensagens negativas sobre a forma de resolução dos conflitos e aceitabilidade da violência. De acordo com estudos realizados sobre esta problemática, crianças cujos pais resolveram os seus conflitos, adotando estratégias de intimidação e dominação, podem adotar estratégias similares, numa fase posterior, com os pares (Fincham, Grych & Osborne, 1994). Num dos estudos comparativos entre crianças em casa abrigo e crianças com uma situação familiar tida como “normal”, as primeiras apresentaram mais problemas de externalização e menor competência social e atividade social (Rossmam & Rosemberg, 1992).

Relativamente aos problemas comportamentais, a observação dos modos de proceder dos pais no seio familiar tem uma grande influência sobre as crianças, na medida em que algumas reproduzem essas mesmas estratégias de resolução de problemas nos seus

relacionamentos. A criança corre o risco de internalizar crenças de gênero errôneas e fazer uso da violência para resolver os conflitos, tendo em consideração a teoria de transmissão intergeracional (Esfandyari et al., 2009), nos seus relacionamentos íntimos e, mesmo, com os seus irmãos (Reese-Weber & Kahn, 2005).

Uma das consequências do testemunho da violência conjugal é a aprendizagem acerca das diferenças tradicionais entre os homens e as mulheres (Pepler, Catallo & Morre, 2000). Ao observarem o conflito conjugal, os adolescentes podem assimilar mensagens informativas acerca das formas de relacionamento íntimo e comportarem-se de forma análoga (Simon & Furman, 2010). O resultado de várias investigações sobre crianças expostas à violência interparental aponta uma maior propensão para o uso de agressão, como resposta ao conflito, por parte deste tipo de crianças (Moretti, Obsuth, Odgers & Reebye, 2006; Overlien & Hydén, 2009).

Dificuldades na realização de atividades e défices no rendimento escolar, de comportamento na escola e nas relações com os outros são exemplos de problemas de competência social manifestados por estas crianças (Ybarra, Wilkens & Lieberman, 2007). Dificuldades em resolver conflitos e em estabelecer relacionamentos de empatia com os outros foram verificadas em crianças, testemunhas de violência intrafamiliar (Sox, 2004).

Foram os efeitos indiretos que mereceram particular atenção, antes mesmo do estudo dos efeitos diretos derivados da exposição interparental (Sani, 2002). Os efeitos indiretos são o resultado da disrupção criada pela existência da violência interparental, nomeadamente, na forma de funcionamento familiar e são traduzidos, entre outros, por práticas e estilos educativos parentais desadequados e stress parental (Nighswander & Proulx, 2007). As crianças podem ser afetadas em vários âmbitos, designadamente, nas respostas afetivas na relação com os pais, tendendo estes para uma menor interação com os filhos e a estar

emocionalmente menos estáveis e disponíveis e, manifestando, desta forma, hostilidade e falta de resposta à criança (Graham-Bermann, 2002).

A violência familiar não tem impacto direto apenas na criança. De acordo com as conclusões de alguns estudos, também, influencia negativamente as práticas parentais (Casanueva, Martin, Runyan, Barth, & Bradley, 2008). Deste modo e no contexto dos efeitos indiretos, é comum, por parte dos pais, serem praticados atos de omissão aos níveis biológico e psicológico, que podem quebrar os laços familiares, fruto do clima e tensão e violência. Margolin (1998) refere que “ao afetar negativamente o modo de funcionamento familiar, a violência acaba por comprometer as funções de cuidar dos pais (...)”. A este respeito, Sani (2011) refere exemplos deste tipo de efeitos como sendo a possibilidade: duma maior inconsistência por parte dos pais e de uma diminuição da responsabilidade perante as necessidades emocionais, afetando a vinculação aos pais e o relacionamento entre irmãos.

Em geral, segundo investigações realizadas, as características da personalidade do pai e o seu comportamento influenciam a identificação dos filhos adolescentes, a qual é determinante na formação da personalidade e na adaptação do seu comportamento às diferentes situações. A falta de disponibilidade parental pode pôr em causa as necessidades básicas da criança, centrando-se toda a atenção no agressor. Este, por sua vez, pode, também, estar atento aos comportamentos da vítima e deixar de prestar a devida atenção às crianças (Osofsky, 2003).

## **2.6. A violência familiar como modelo de aprendizagem: mitos e crenças sobre a violência**

O contexto familiar influencia significativamente a forma como as crianças lidam com as situações de stress. A violência doméstica é um aspeto do microsistema familiar que influencia nos processos cognitivos e emocionais das crianças, podendo gerar ineficácia na

utilização de estratégias de coping. Crianças que presenciem situações de violência no ambiente doméstico, seja como testemunhas ou vítimas diretas, tendem a desenvolver um repertório de estratégias pequeno e qualitativamente diferente das demais crianças (Lisboa et al., 2002).

Algumas teorias têm avançado com propostas de explicação sobre a transmissão intergeracional da violência (Emery, 1989), assim como a influência desta ao nível do ajustamento da criança (Sani, 2004). Dentro do microsistema, a família exerce influências mútuas entre os seus membros, daí que o relacionamento marital constitua um dos fatores que influenciam o comportamento da criança (Ramirez, 2004).

A violência entre os cuidadores da criança praticada em ambiente doméstico, o qual deveria ser percebido como seguro e estável, caracteriza-se, na maior parte das situações, como crónica e recorrente (Sani & Almeida, 2011). Além disso, como as figuras envolvidas no conflito são importantes elementos de vinculação, com os quais a criança mantém um relacionamento afetivo de proximidade, a adaptação da criança a esta situação vai tornar-se ainda mais difícil. Nesse sentido, a violência marital vai inevitavelmente afetar a criança, que a experiencia, obrigando-a a reformular toda a sua conceção de família.

De acordo com a teoria da Aprendizagem Social, as crianças repetidamente expostas a ineficazes formas de resolução de conflitos, por parte dos seus progenitores, teriam oportunidade de observar, adquirir e gerar métodos ineficazes de resolver os seus próprios problemas interpessoais (Bandura, 1987, as cited in Marcus, Lindahl & Malik, 2001). De facto, estudos demonstram que existe uma correspondência direta entre a observação de modelos violentos na infância e subsequente comportamento violento, quer em ambiente doméstico quer em comunidade (Feldman, 1993; Kubeka, 2008).

Ancorada fortemente na teoria da aprendizagem social de Bandura, a hipótese sobre o ciclo da violência vem sugerir que a criança, exposta a padrões de comportamento familiar

violento, terá uma maior probabilidade de usar padrões similares no futuro (Feldman, 1993; Kubeka, 2008) e, inclusive, de experienciar violência no seu próprio relacionamento conjugal (Halford, Sanders & Behrens, 2000; Murphy & Blumenthal, 2000). Um dos argumentos desta conclusão tem a ver com a modelagem exercida pelo progenitor violento e o reforço deste comportamento associado aos atos agressivos no contexto doméstico, onde a agressão é validada, surge como uma forma de obter controlo. Os mecanismos de modelagem podem mediar a ligação entre o conflito marital e a relação pais-criança. Neste sentido, as crianças podem rejeitar os pais como modelos de identificação, deixando de os imitar em comportamentos positivos e podendo inclinar-se para se identificarem com modelos inapropriados (Emery, 1982, as cited in Cox, Paley & Harter, 2001). Ao invés disso, a criança pode tender a imitar os comportamentos parentais negativos na sua interação com eles, ou seja, esta vai transferir para os pais a agressividade vivida na própria díade marital.

A criança pode apreender a manipular, a seduzir e a coagir os outros para satisfazer as suas necessidades e, essencialmente, começar a revelar uma personalidade antissocial. Talvez pela maior identificação com a vítima, algumas crianças podem assumir a submissão, culpabilização ou desistência perante as dificuldades como a única forma de coexistir com os outros (Graham-Bermann, 1998). Assim, o testemunho de situações de abuso, experienciadas na família de origem, constitui um risco acrescido, quer para a perpetração de atos violentos, quer para a vitimação física no âmbito dos relacionamentos íntimos (Murphy & Blumenthal, 2000; Murrell, Christoff, & Henning, 2007). Num dos seus estudos Kalmuss (1984, as cited in Sani, 2011) concluiu sobre a probabilidade da transmissão intergeracional da violência pelo facto da criança atribuir um significado de permissão/passividade que a legitima numa fase posterior. Diretamente relacionado com os resultados a que chegou Kalmuss, os investigadores Patró, Limiñana e Martínez (2003 as cited in Hernandez & Gräs, 2005)

referem existir um conjunto de crenças e valores diretamente associados à violência de gênero que pode constituir um modelo de aprendizagem de condutas violentas dentro do lar.

Por outro lado, Gilliom, Shaw, Beck, Schonberg e Lukon (2002) salientam que a qualidade da relação familiar influencia a capacidade da auto regulação das condutas da criança e das suas emoções, assim como os significados que esta atribuirá às relações interpessoais.

De acordo com os autores (Hernandez et al., 2005) esta aprendizagem difere consoante o sexo. A tendência observada vai no sentido dos rapazes interpretarem a violência como estratégia eficaz para a resolução de problemas, manifestando-se através de uma posição de poder no seio da família, enquanto que as raparigas aprendem a adotar condutas de submissão e obediência. Baldry (2003) salienta, ainda, que os rapazes, em comparação com as raparigas, adotam mais facilmente condutas violentas. Esta teoria parece ser mais consistente no que respeita aos homens. De facto constata-se uma maior probabilidade dos homens se constituírem como maltratantes e das mulheres se predisporem para o papel de vítimas.

Todavia, esta noção de “teoria da determinação” não deve ser encarada de forma tão linear, porque nem todas as crianças expostas a modelos de comportamento violento se tornam agressores ou vítimas numa fase adulta (Matos, 2003). Existe uma série de fatores, sobretudo ambientais, que medeiam a socialização da criança. Deste modo, percebe-se o motivo pelo qual estas questões terem vindo a ser cada vez mais objeto de debate e controvérsia (Kwong, Bartholomew, Henderson & Trinke, 2003).

## **2.7. Consciência social sobre violência interparental**

Uma das crenças mais comuns do ponto de vista social, é a de que as crianças são naturalmente muito bem cuidadas pelos seus pais dada a natureza instintiva protetora dos mesmos em geral, e das mães em particular (Ochotorena, 2001). Porém, a existência elevada de crianças maltratadas no seio da própria família vem revelar que condutas agressivas e

violentas para com os filhos também integram os comportamentos de atuação de alguns pais, entrando em dissonância afetiva com as ideias interiorizadas socialmente. A evidência dos maus tratos à criança infligidos pelos pais entra em contradição com essa representação social gerando um conflito e rejeição moral, tanto maior quanto mais intensa for a reação emocional que provoca.

Partilhando o princípio de que, indubitavelmente, a vitimação indireta ou o testemunho da violência conjugal, constitui uma forma gravosa de vitimação, verifica-se com desagrado que nem todos os investigadores partilham desta opinião e desprezam, pura e simplesmente, a complexidade e problemática desta situação (Miller-Perrin & Perrin, 1999, as cited in Sani, 2002). Em consequência de tal postura, crianças, que habitam em ambientes de violência conjugal, são, frequentemente, caracterizadas como vítimas “escondidas”, “esquecidas”, “desconhecidas” ou “silenciosas” (Holden, 1998). No contacto com as vítimas tenho-me deparado, frequentemente e muito mais do que eram as minhas expectativas, com uma realidade preocupante, que resulta do facto deste tipo de vitimação ter vindo a ser ignorado, quer por parte das próprias vítimas, quer por alguns profissionais e técnicos.

Erradamente, alguns profissionais acreditam que as crianças, especialmente, as mais novas, tenderão a esquecer os acontecimentos violentos, se os mesmos não lhes forem trazidos à memória. Para quem não partilha deste princípio, esta ideia é, de todo, ininteligível, porque as crianças necessitam de falar sobre a sua vivência e as suas perceções sobre as respetivas consequências, sentindo, assim, a sua experiência reconhecida e validada. Tal como as crianças vítimas de violência necessitam de proteção, também, as crianças que a testemunham devem beneficiar da intervenção psicológica (Office for Victims of Crime, 1999).

Na área da vitimologia infantil, subitamente, a literatura psicológica começa a fazer referência à criação de alguns instrumentos de apoio à avaliação e a relatar os resultados de

estudos e programas interventivos nesta área, contribuindo para sacudir as mentalidades mais céticas relativamente a esta problemática. Embora de forma indireta, uma criança que presencia cenas de violência doméstica entre os pais é, também, uma vítima. A violência experienciada na infância pode ser um fator de risco, na medida em que pode replicar atos violentos no futuro.

Neste contexto e no âmbito da atividade de algumas instituições de saúde e de serviço social, a violência interparental tem vindo a ganhar maior importância e, gradualmente, os profissionais desta área têm vindo a sentir a necessidade de compreender que a convivência com a violência entre os pais, para além do fenómeno dos maus-tratos infantis diretos, também é um problema com elevado impacto no desenvolvimento da criança.

## **2.8. Direitos legais da criança exposta à violência interparental**

Através da pesquisa feita à legislação vigente em vários países europeus e nos EUA, constata-se a preocupação do legislador na criação de leis que protejam as crianças expostas à violência interparental, com o argumento de que as mesmas, para além de poderem constituir-se como alvo direto de violência, correm, também, o risco de desenvolver problemas emocionais, comportamentais e cognitivos que podem persistir na fase adulta. Contudo, como nem todas as crianças expostas a este tipo de violência tendem a exhibir os problemas acima referidos nem a constituírem-se alvo de violência, a legislação não permite distinguir quais as crianças seguras ou em risco ou, ainda, as que podem desenvolver problemas a curto ou longo prazos. Assim sendo, aonde nos leva esta realidade?

Em toda a América do Norte, a resposta a esta questão tem passado pela criação de nova legislação nas áreas do direito penal e civil (Weithorn, 2001). Estas mudanças afetam a forma de atuação dos órgãos de justiça criminal, dos sistemas de proteção à criança e dos programas de prevenção à violência doméstica pela forma como respondem às famílias onde

estão inseridas estas crianças. Países como Canadá ou o Estado de Porto Rico (EUA), por exemplo, fizeram uma revisão das leis criminal e civil para abordar especificamente as necessidades das crianças expostas à violência interparental. Um outro exemplo, tem a ver com uma lei aprovada em julho de 1997 no Estado de Utah (EUA), que tornou a prática de violência doméstica continuada sobre um adulto, na presença de uma criança, como uma ofensa criminal separada do ato em si. Ainda no Canadá, a presença de crianças expostas a situações de violência doméstica pode trazer reforçadas sanções penais em casos de agressões praticadas por adultos, e em Oregon uma agressão na presença de menores constitui um delito, que pode ser considerado como crime (Weithorn, 2001).

Na legislação Portuguesa não existe um artigo único que enquadre explicitamente a violência interparental. Após uma pesquisa realizada sobre a legislação vigente em Portugal, relacionada com a violência doméstica, foi possível concluir que a mesma focaliza a vitimação direta, sobretudo se praticada sobre cônjuge, ex-cônjuge, a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges, a progenitor de descendente comum em 1º grau ou a pessoa indefesa, em razão de idade, deficiência (...).

O VI Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2011-2013) estabelece medidas no âmbito da violência interparental, cujo objetivo consiste em reforçar a articulação de respostas para crianças e jovens em risco e a promoção de estudos específicos sobre o fenómeno da violência doméstica e de género, em estreita colaboração com universidades e centros de investigação.

Na Sociedade contemporânea, incompreensível e lamentavelmente, a criança ainda não usufrui de uma existência inteira e legalmente protegida. De modo a criar uma maior abrangência dos direitos da criança, considera-se da maior importância a discussão desta matéria e uma aplicação consonante com o referido na legislação penal, que deixa claro a

necessidade de proteção e justiça da criança envolta em situações de violência doméstica, direta ou indiretamente considerada.

Nos Artigos 152º, ponto 2 e 152º-A, ponto 1, alínea a) do Código Penal português, sobre “Maus Tratos” no âmbito da violência doméstica, é feita uma referência ligeira à violência sobre pessoa menor ou particularmente indefesa, traduzida em maus tratos psíquicos. Assim, de acordo com artigo 152º, ponto 2, “... se o agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima é punido com pena de prisão de 2 a 5 anos...”. Em relação ao artigo 152º A, ponto 1, alínea a), “Quem, tendo ao seu cuidado, à sua guarda, sob a responsabilidade da sua direção ou educação ou a trabalhar ao seu serviço, pessoa menor ou particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez, e:

a) Lhe infligir, de modo reiterado ou não, maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais, ou a tratar cruelmente; ... é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal. ...” (Antunes, 2009).

Assim, em Portugal, o indivíduo que cometa o crime de violência doméstica verá a sua pena agravada no caso de ser praticado contra ou na presença de menor, na casa em que coabite com a vítima ou na casa desta, sendo que o limite mínimo da pena aplicável passa de 1 para 2 anos. Pretende-se assim punir de forma um pouco mais grave os casos em que o crime é praticado na presença ou sobre a criança e jovem.

Para finalizarmos esta discussão daremos como exemplo a pena aplicável na Geórgia a casos de violência interparental, tendo em conta que este tipo de agressão é considerada crime.

**“Circunstâncias que constituem testemunho de violência - Código § 16-5-70(d)”**

No código penal Georgiano é considerado cometido um crime de terceiro grau quando um indivíduo, constituindo-se como agressor primário, permite, intencionalmente, que uma criança com idade inferior a 18 anos testemunhe, de alguma forma, a prática de crime de agressão violenta sobre outrem ou de crime de violência doméstica.

**“Consequências: Código § 16-5-70(e)(3)”**

O indivíduo condenado pelo crime de terceiro grau contra crianças deve ser punido pela prática de delito de primeiro ou segundo grau.

Numa condenação por crime de terceiro grau praticado contra os filhos, o réu será condenado a uma multa nunca inferior a 1.000 USD ou superior a 5.000 USD, a prisão por um período não inferior a 1 ano ou superior a 3 anos, ou a ambos, multa e prisão.

## **PARTE II – Estudos Empíricos**

---

## **Capítulo III**

### **3.1. Estudo 1 – Tratamento pelos Media do tema da exposição de crianças à violência interparental**

#### **3.1.1. Objetivo de estudo**

Os meios de comunicação social desempenham um papel predominante no acesso à informação. Muito embora as tecnologias de ponta ao serviço da comunicação representem, atualmente, um acesso muito mais fácil e rápido a essa informação, os meios de comunicação tradicionais, como é o caso dos jornais em formato de papel, continuam a ter muitos consumidores.

Ainda que, conforme referido nos capítulos anteriores desta dissertação, sejam escassos os estudos realizados em matéria de violência interparental, o facto é que a comunicação social tradicional, em geral, não tem colocado esta temática na ordem do dia. Por um lado, não é conhecida qualquer divulgação recente de algum dos estudos existentes e, por outro lado, são escassos os casos conhecidos noticiados.

A pouca atenção, geralmente, dada a esta problemática por parte deste setor da Sociedade, poderá ser considerada como uma das razões pela qual a violência interparental é desconhecida, negligenciada ou menosprezada.

Em face do desconhecimento e/ou inexistência de estudos estatísticos, deste género, relativos ao estado da divulgação deste tipo de violência, sentimo-nos impulsionados a realizar uma pesquisa, recorrendo a um jornal diário com dimensão nacional - Jornal de Notícias - com o objetivo de avaliar o *statu quo* da notícia sobre a violência interparental em Portugal.

A amostragem teve lugar entre os meses de outubro de 2011 e janeiro de 2012.

Quando decidimos optar por fazer um estudo estatístico sobre a divulgação da violência interpaparental em Portugal, surgiu-nos uma grande dúvida sobre qual a interpretação a dar aos resultados se os mesmos acabassem por se revelar pouco significativos na amostragem realizada. A dúvida situou-se entre considerar a inexistência de notícias sobre este tipo de violência em resultado da não ocorrência de casos ou do não reconhecimento da mesma como violência ou, ainda, da pouca relevância que ela poderia ter na sociedade contemporânea.

Não tendo sido essa dúvida obstáculo suficiente para seguir em frente, partimos para a seleção de uma das fontes possíveis e disponíveis para o efeito: o “Jornal de Notícias”, na forma de leitura do formato em papel e com o argumento de ser um jornal diário de grande distribuição em Portugal.

### **3.1.2. Método**

O método utilizado nesta pesquisa foi a análise documental. De acordo com os autores Carmo e Ferreira (1998) a análise documental é um processo que envolve seleção, tratamento e interpretação da informação existente em documentos com o objetivo de eduzir algum sentido. Este método caracteriza-se por ser um processo dinâmico ao permitir representar o conteúdo de um documento de uma forma distinta da original, gerando assim um novo documento (Piña Vera & Morilla, 2007). Vickery (1970) refere que esta técnica responde a três necessidades informativas dos utilizadores, sendo estas (i) conhecer o que os outros investigadores têm feito sobre uma determinada área/assunto; (ii) conhecer segmentos específicos de informação de algum documento em particular; e (iii) conhecer a totalidade de informação relevante que exista sobre um tema específico. É precisamente esta última necessidade informativa que nos fez recorrer a este método de pesquisa.

Os participantes na amostragem efetuada são todos os protagonistas – vítimas e agressores - dos casos noticiados e recolhidos e, no que se refere a este estudo, são mantidos em anonimato.

Para a compilação e tratamento dos dados recolhidos foi utilizada a folha de cálculo Excel do Microsoft Office. Para a elaboração do presente estudo estatístico foram adotados:

1. o método de leitura diária da secção “Segurança” da fonte selecionada - Jornal de Notícias – e
2. a tipologia dos crimes adotada pela APAV, procedendo à triagem e seleção apenas dos crimes que envolvem violência direta sobre as vítimas e que de forma simples ou grave põem em causa a integridade física e/ou psicológica das pessoas.

Por cada caso noticiado e registado foram recolhidos os seguintes dados:

1. Tipo de crime ou violência praticados
2. A localidade onde ocorreu o crime ou a prática da violência
3. A idade das vítimas e dos agressores
4. O número de vítimas e de agressores

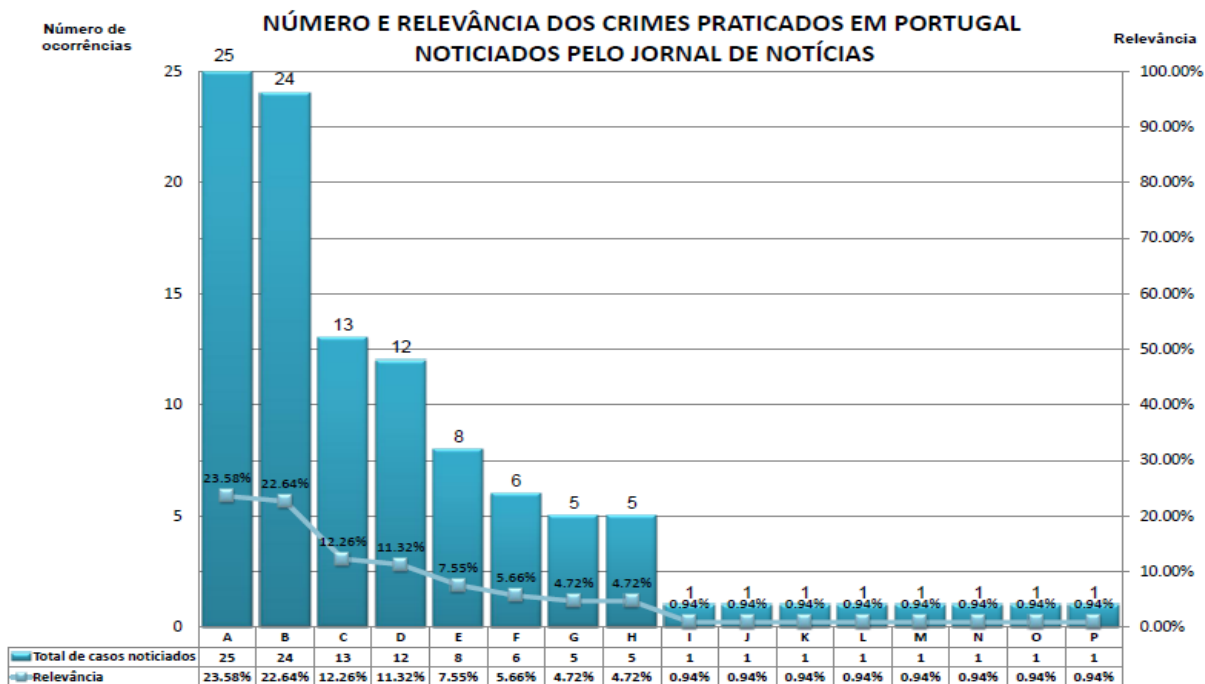
O período de leitura e pesquisa diária vigorou entre outubro de 2011 e janeiro de 2012.

A secção do jornal denominada por “Segurança” é aquela em que vêm plasmados os crimes ou práticas de violência, que ocorrem diariamente de norte a sul do país.

A folha de cálculo Microsoft Office Excel permite a utilização e cruzamento de tabelas e a construção de gráficos, permitindo controlar e realçar as tendências importantes dos dados.

A tipologia de crimes da APAV é uma das referências possíveis de caracterização de crimes e/ou de práticas de violência.

### 3.1.3. Apresentação dos resultados



Gráfico

Fonte: Jornal de Notícias Estatística realizada entre 19-10-2011 e 06-01-2012		Total de casos noticiados	Relevância
<b>Número total de crimes</b>		<b>106</b>	<b>100.00%</b>
<b>A</b>	Ofensa à integridade física grave	25	23.58%
<b>B</b>	Homicídio consumado	24	22.64%
<b>C</b>	Sequestro	13	12.26%
<b>D</b>	Abuso sexual de crianças	12	11.32%
<b>E</b>	Ofensa à integridade física simples	8	7.55%
<b>F</b>	Maus tratos físicos	6	5.66%
<b>G</b>	Violação	5	4.72%
<b>H</b>	Ameaça / coação	5	4.72%
<b>I</b>	Homicídio tentado	1	0.94%
<b>J</b>	Ofensa à integridade física - outras	1	0.94%
<b>K</b>	Intervenções/tratam. médico-cirúrgicos s/consentim. do paciente	1	0.94%
<b>L</b>	Tráfico de pessoas para exploração sexual	1	0.94%
<b>M</b>	Tráfico de pessoas para exploração no trabalho	1	0.94%
<b>N</b>	Rapto	1	0.94%
<b>O</b>	Abuso sexual de menor dependente	1	0.94%
<b>P</b>	Violência interparental	1	0.94%

Tabela

Em termos estatísticos, constata-se que entre os meses de Outubro de 2011 e de Janeiro de 2012, foi registada apenas uma situação de violência interparental (cf. anexo), que, em termos relativos, corresponde a uma percentagem de 0,94% do total da amostra, a par de outros tipos de violência, que, na tabela de dados, estão codificados com as letras de I a O.

#### **3.1.4. Discussão dos resultados**

Tal como perspetivamos, a violência interparental não é divulgada na fonte utilizada, quer pela sua inexistência, quer pelo seu não reconhecimento como tal, quer, ainda, pela sua irrelevância ou não importância na sociedade contemporânea. Um dado adquirido é o de que a violência interparental não é noticiada. Não estamos convictos que seja pela sua inexistência. Inclina-mo-nos muito mais para uma das duas outras hipóteses.

Na nossa opinião, outro dado adquirido, que decorre do facto da violência interparental não ser considerada como crime, o não reconhecimento da mesma como ato violento grave, retirando-lhe, deste modo, relevância ou importância no contexto da violência em geral. A violência mediática que envolve as crianças e os adolescentes tem grande relevância quando associada à violência doméstica, ao rapto e/ou tráfico de menores e à prática de abuso sexual em geral, isto é, quando a violência é praticada de forma direta.

A Sociedade não reconhece o impacto e as consequências da violência interparental. As situações em que ocorre pertencem ao denominado crime oculto ou “cifras negras” que não chegam ao conhecimento público e, conseqüentemente, nunca virão a ser julgadas.

Dado o facto de não existir uma designação formal e legal para situações de crianças, enquanto vítimas expostas à violência interparental, têm sido os dados sobre a violência conjugal a servir de base para estimar a sua prevalência. De acordo com as estatísticas da APAV para 2011, o crime de violência doméstica apresentou uma prevalência de 85%.

E nós questionamos: - Quantas crianças estiveram envolvidas como testemunhas nos casos de violência doméstica quantificados e considerados na percentagem acima indicada, constituindo-se, deste modo, em vítimas de violência interparental?

No decorrer dos meses da realização desta pesquisa não foi possível realizar uma leitura diária do jornal. Não obstante, a intermitência não foi além de uma ausência de leitura superior a dois dias. Não atribuímos a esta intermitência uma relevância significativa em face do número de ocorrências registrado. Isto quer dizer que, na nossa opinião, eventuais desvios estatísticos aos resultados obtidos, devidos à referida intermitência, não diminuem a credibilidade do estudo efetuado.

A opção pela leitura de uma única fonte de informação tem como argumento nuclear a exclusão da probabilidade de repetição das mesmas notícias, oriundas de fontes diferentes.

### **3.2. Estudo 2 – Validação da Escala de Crenças sobre Violência Interparental (ECVI)**

#### **3.2.1. Objetivo de estudo**

O objetivo desta investigação consistiu, em termos gerais, procurar conhecer quais as crenças da população relativamente à violência interparental. Atendendo à variável sociodemográfica sexo pretendeu-se averiguar se a mesma poderia ter influência na forma como as pessoas percebem o fenómeno. Da mesma forma, procurou-se apurar se o modo de administração do questionário – online e formato de papel – influenciaria os resultados do estudo.

Assim, em termos específicos procurou-se:

- a) Avaliar a percepção geral sobre as crenças dos indivíduos face à violência interparental;
- b) Examinar as qualidades psicométricas da Escala de Crenças sobre Violência Interparental;
- c) Averiguar se existem diferenças nas crenças relativas à violência interparental em função do sexo;
- d) Verificar se existem diferenças significativas no modo de preenchimento dos questionários (online e presencial).

### **3.2.2. Método**

#### **Participantes**

Nesta investigação participaram 200 indivíduos, 49.5% (n=99) dos mesmos pertencem ao sexo masculino e 50.5% (n=101) ao sexo feminino. No que respeita à idade, a maioria (n=80) tem idades compreendidas entre os 21 e os 25 anos, representando assim uma participação de 40%. Por outro lado, o menor número de participantes (n=1) situa-se na faixa etária dos 56 aos 60 anos (0.5%).

Relativamente às habilitações literárias dos participantes, a grande maioria 48.,5% (n=97) são licenciados e a minoria tem o 6º ano ou menos 2% (n=4).

Em relação ao estado civil da população estudada, a maioria são solteiros/as 79% (n=158) e os divorciados/as ou separados/as representam a minoria 0.5% (n=1).

Apurou-se, ainda, que a maioria dos participantes se insere no setor terciário de atividade e a minoria está desempregada (cf. Tabela 1).

**Tabela 1***Caracterização sócio demográfica da amostra (N=200)*

Característica	N	%
<b>Sexo</b>		
Masculino	99	49.5
Feminino	101	50.5
<b>Grupos etários</b>		
15 aos 20 anos	7	3.5
21 aos 25 anos	80	40.0
26 aos 30 anos	65	32.5
31 aos 35 anos	19	9.5
36 aos 40 anos	12	6.0
41 aos 45 anos	5	2.5
46 aos 50 anos	5	2.5
51 aos 55 anos	6	3.0
56 aos 60 anos	1	0.5
<b>Nível habilitacional</b>		
6º ano ou menos	4	2.0
9º ano	12	6.0
12º ano	50	25.0
Licenciatura	97	48.5
Mestrado	37	18.5
<b>Estado civil</b>		
Solteiro/a	158	79.0
Casado/a ou União de Facto	41	20.5
Divorciado/a ou Separado/a	1	0.5
<b>Profissão</b>		
Setor secundário	21	10.5
Setor terciário	125	62.5
Estudantes	39	19.5
Desempregados	15	7.5

## **Instrumento**

No presente estudo foi utilizada a Escala de Crenças sobre Violência Interparental (E.C.V.I.), construída por Sani (2010) e validada nesta investigação. É um instrumento que pretende avaliar algumas das crenças que os sujeitos possuem em relação à violência interparental, independentemente das situações retratadas fazerem ou não parte da vida dos mesmos. Cada item da escala representa uma ideia ou crença relativamente ao fenómeno da violência interparental.

O instrumento é constituído por 23 itens com resposta do tipo Likert, numa escala de 1 a 5, cujas opções de resposta variam entre 1 (“Discordo completamente”) e 5 (“Concordo completamente”). O seu preenchimento tem a duração aproximada de 10 minutos.

A pontuação total mínima é 23 e a máxima é de 115. Uma pontuação alta significa que o sujeito possui ideias congruentes com as afirmações que cada item apresenta, ou seja, quanto maior o grau de concordância com as alíneas, maior é a tendência do sujeito para apresentar crenças erróneas sobre o fenómeno.

## **Procedimento**

A administração da Escala de Crenças sobre Violência Interparental foi realizada por duas vias: via online, criando-se um layout próprio, tendo a escala sido através da rede social Facebook – os participantes foram informados sobre o endereço da página do questionário na Internet, através de um e-mail, e para responder às questões tiveram acesso à home page do questionário - e noutros casos, foi solicitado o seu preenchimento em formato de papel.

Em ambas as versões da escala foi disponibilizado um texto que explicitava os objetivos da investigação, a confidencialidade, o anonimato e a livre opção quanto à não participação.

É importante salientar que todos os indivíduos tiveram uma participação voluntária e deram o seu consentimento informado. As participações recebidas através via Facebook foram introduzidas e atualizadas automaticamente numa tabela, em Excel, associada ao formato da escala.

Após a recolha dos dados, estes foram inseridos no programa informático *Statistical Package for Social Sciences* – o SPSS versão 19.0 é um software apropriado para a elaboração de análises estatísticas de matrizes de dados. Para este estudo foram realizadas uma série de análises (descritivas, correlacionais e diferenciais), as quais passamos a apresentar seguindo os objetivos específicos previamente definidos.

### **3.2.3. Apresentação de Resultados**

Tendo em conta os objetivos traçados procedeu-se ao tratamento estatístico dos dados, tendo sido realizadas diversas análises, entre estas, a análise descritiva com base nas médias e desvios padrão para os diversos itens da escala; análise à consistência interna do instrumento e à composição fatorial com vista a apreciar a fidelidade e validade interna da escala, assim como análise diferencial para verificar se há diferenças nos resultados em função das variáveis independentes previamente definidas.

*a) Avaliar a percepção geral sobre as crenças dos indivíduos face à violência interparental;*

A análise descritiva dos resultados da E.C.V.I. permite-nos comprovar (cf. Tabela 2) que as respostas facultadas, para a maioria dos itens da escala, apresentam valores que oscilam entre 1 e 2 pontos (na escala de 1 a 5). Esta pontuação pode ser confirmada se

atendermos à média obtida para o total que foi de 38.69 (com um desvio padrão de 11.14) e que dividida pelos 23 itens que compõem a escala, traduz-se num resultado médio de 1.69.

**Tabela 2**

*Estatística descritiva aos itens da Escala de Crenças sobre Violência Interparental (n=200)*

<b>Itens</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>
Q1	1.46	.88
Q2	1.51	.81
Q3	1.62	.89
Q4	1.81	1.03
Q5	1.75	.93
Q6	3.25	1.29
Q7	1.79	1.16
Q8	1.90	1.07
Q9	1.77	1.01
Q10	1.63	.94
Q11	1.79	1.11
Q12	1.99	1.19
Q13	1.39	.75
Q14	1.61	.92
Q15	1.46	.79
Q16	2.05	1.16
Q17	2.05	1.23
Q18	1.25	.52
Q19	1.22	.53
Q20	1.38	.75
Q21	1.60	.95
Q22	1.14	.46
Q23	1.30	.72

A obtenção de um valor médio entre 1 e 2 pontos (que corresponde, respetivamente, a *Discordo completamente* e *Discordo pouco*) permite-nos concluir que, no que respeita às crenças relativas à violência interparental, os participantes não apresentam, no geral, crenças distorcidas sobre o fenómeno. No entanto, há algumas exceções (e.g., o item17 “*As crianças não estão em perigo porque violência não é sobre elas*”; o item 16 “*Os rapazes mostram consequências mais sérias do que as raparigas*”; o item 6 “*A criança prefere mesmo assim*

*pai e mãe juntos que separados*”), itens cujas médias rondam entre os 2 e 4 valores e que apontam para ideias algo errôneas sobre a violência interparental. O valor da média obtido para o item 17 e 16 pode significar o desconhecimento face às consequências deste tipo de violência. O valor obtido para o item 6 pode significar alguma legitimação dos relacionamentos violentos quando há filhos.

*b) Examinar as qualidades psicométricas da Escala de Crenças sobre Violência Interparental.*

### **3.2.3.1. Qualidades Psicométricas da Escala de Crenças sobre Violência Interparental**

A análise à fidelidade da escala revela uma elevada consistência interna, calculada através do *alpha de Cronbach* sendo este de .87.

**Tabela 3**

*Correlações item – total e valores do alfa de Cronbach para a E.C.V.I.*

<b>E.C.V.I.</b>	<b>r Item – Total Corrigida</b>	<b>ALPHA (s/item)</b>	<b>E.C.V.I.</b>	<b>r Item – Total Corrigida</b>	<b>ALPHA (s/item)</b>
Item 1	.52	.87	Item 13	.48	.87
Item 2	.50	.87	Item 14	.53	.87
Item 3	.53	.87	Item 15	.50	.87
Item 4	.50	.87	Item 16	.45	.87
Item 5	.57	.86	Item 17	.46	.87
Item 6	.30	.88	Item 18	.53	.87
Item 7	.51	.87	Item 19	.53	.87
Item 8	.46	.87	Item 20	.34	.87
Item 9	.55	.86	Item 21	.39	.87
Item 10	.53	.87	Item 22	.39	.87
Item 11	.31	.87	Item 23	.42	.87
Item 12	.41	.87			

Através do procedimento estatístico KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) é possível, ainda, aferir sobre a qualidade das correlações entre as variáveis (Pestana & Gageiro, 2005) tendo o valor obtido sido de .81. Posto isto, procedeu-se à análise fatorial dos itens para verificar como se operaria a redução de variáveis e avaliar a validade da escala. A análise das componentes principais seguidas da rotação ortogonal varimax (cf. Tabela 4) obteve sete componentes de valores superiores a 1 e que explicam 64.3% da variância total dos resultados.

**Tabela 4**

*Proporção de Variância Explicada, após a Rotação Ortogonal – “Escala de Crenças sobre Violência Interparental”*

Fator	Proporção de Variância Explicada, após a Rotação Ortogonal		
	Total %	Variância %	% Cumulativa
1	2.464	10.714	10.714
2	2.418	10.511	21.225
3	2.277	9.899	31.124
4	2.081	9.048	40.172
5	2.035	8.846	49.018
6	1.798	7.816	56.834
7	1.719	7.476	64.310

O fator 1 engloba 3 itens (1, 2 e 3) e foi designado como “*Desconsideração da criança como vítima*” na medida em que há uma não consideração da vitimação quando a vítima não é alvo direto da violência. Os itens 10, 19, 18 e 22 integram o fator 2, ao qual atribuímos a designação de “*Ilegitimidade da intervenção*”, uma vez que o assunto dos itens menospreza a necessidade de denunciar e intervir estas situações. O fator 3 engloba os itens 11, 13, 14, 15 e 16 e foi designado de “*Minimização do impacto*” dado que o conteúdo destes itens dá a entender que as crianças não sofrem qualquer tipo de impacto ao presenciarem a violência praticada pelos cuidadores. O fator 4 contém os itens 4, 5, 6 e 7 e foi denominado

como “*Idealização da criança*” visto que os itens expressam atitudes e sentimentos contrários aqueles que são revelados pelas crianças expostas à violência interparental. O fator 5 reúne os itens 8 e 9 tendo sido atribuída a nomeação “*Repercussões na criança*” pelo facto do conteúdo dos itens minimizar a probabilidade de exibição de atos violentos futuros por parte destas crianças. Os itens 20 e 23 estão consagrados no fator 6 ao qual atribuímos a designação “*Ação e controlo do problema*” dado que o conteúdo dos itens apenas foca os pais como motivo principal de intervenção. Finalmente, o fator 7 engloba os itens 12, 17 e 21 e teve como designação “(In) *segurança infantil*”, uma vez que os itens remetem para a despreocupação face à segurança das crianças.

**Tabela 5** – Matriz Fatorial das Componentes após Rotação - “Escala de Crenças sobre Violência Interparental”

Itens	Fator							h <sup>2</sup>
	1	2	3	4	5	6	7	
Q1	.69							.63
Q2	.69							.56
Q3	.65							.61
Q19		.67						.61
Q10		.63						.65
Q18		.58						.68
Q22		.58						.54
Q13			.75					.90
Q16			.59					.90
Q14			.58					.67
Q15			.56					.58
Q11			.51					.53
Q6				.76				.68
Q4				.62				.58
Q5				.60				.59
Q7				.54				.66
Q8					.90			.78
Q9					.88			.59
Q20						.79		.65
Q23						.73		.73
Q17							.80	.53
Q21							.55	.51
Q12							.51	.66

A análise da matriz das componentes principais após rotação (cf. Tabela 5) permite-nos constatar que os 7 fatores apresentam cargas fatoriais altas que variam entre: .65 e .69 para o fator 1; .58 e .67 para o fator 2; .51 e .75; fator 4 – .54 e .76; fator 5 – .88 e .90; fator 6 – .73 e .79; fator 7 – .51 e .80.

### 3.2.3.2. Análises diferenciais

c) *Averiguar se existem diferenças nas crenças relativas à violência interparental em função do sexo;*

**Tabela 6**

*Teste T de Student para a variável Sexo*

Sexo	N	Média	Desvio Padrão	T	g.l.	<i>p</i>
Masculino	99	42.06	11.100	4.431	198	.000*
Feminino	101	35.39	1.189	4.427	195.821	.000*

\*  $p < .001$

De acordo com a tabela 6, é possível constatar que o sexo feminino apresenta uma média inferior à média apresentada pelo sexo masculino e, também, um desvio padrão inferior a este último sexo. Tal desvio revela que o sexo feminino exhibe, nesta escala, níveis de dispersão inferiores aos manifestados pelo sexo masculino, muito embora não haja diferenças significativas ao nível da variância ( $F = 3.866$ ;  $p = .05$ ), assumindo-se a equivalência na dispersão dos resultados num e noutro grupo.

d) Verificar se existem diferenças significativas no modo de preenchimento dos questionários (online e presencial).

**Tabela 7**

*Teste T de Student para a variável modo de administração*

Administração	N	Média	Desvio Padrão	t	g.l.	p
Online	131	40.10	11.27	2.498	198	.013*
Papel	69	36.01	10.44	2.558	147.902	.012 *

\*p<.05

Através da observação da tabela 7, é possível concluir que o preenchimento da escala em formato de papel apresenta uma média inferior à média apresentada através do preenchimento online e, também, um desvio padrão inferior a esta última via. Tal desvio revela que o preenchimento presencial exhibe, nesta escala, níveis de dispersão inferiores aos manifestados pelo preenchimento online, muito embora não haja diferenças significativas ao nível da variância ( $F = 2.66$ ;  $p = .11$ ), assumindo-se a equivalência na dispersão dos resultados num e noutro modo de administração da escala.

### **3.3. Discussão de resultados**

A partir dos resultados obtidos, começamos por investigar as crenças e opiniões dos indivíduos sobre a violência interparental e constatamos, através de uma análise quantitativa, que, genericamente, não apresentam uma distorção significativa do fenómeno. Este facto leva-nos a concluir que, no universo dos sujeitos da amostra, existe consciência e sensibilidade para a problemática. Esse aspeto permite-nos deduzir que a grande maioria desses indivíduos evidenciarão uma não concordância com o uso de violência, em geral. Além

disso, e embora não relacionados com violência interpaparental, existem estudos quantitativos que apresentam resultados, que v3o no mesmo sentido dos que foram obtidos neste estudo.  é o caso de estudos sobre a legitimat3o da violência nas relat3es íntimas (O'Keefe, 1997 as cited in Price et al., 1999) que evidenciam o desacordo generalizado com o uso da violência neste tipo de relat3o por parte dos adolescentes, quer do sexo feminino quer do sexo masculino, situa3o corroborada pelos resultados encontrados nos reduzidos estudos conduzidos em Portugal (Machado, Matos & Moreira, 2003). Em parte, esta rea3o poder3 ser explicada pela focaliza3o que os programas de preven3o, que têm vindo a ser implementados de forma gradual nas escolas, têm posto na tem3tica da violência.

No presente estudo, apesar de n3o existir uma distor3o significativa das cren3as relativas à violência interpaparental, foram encontradas diferen3as significativas ao nível do sexo. Os resultados indicam que o sexo masculino, comparativamente ao sexo feminino, foi o que apresentou cren3as e opini3es mais distorcidas.

Embora a violência apresente diferentes formas de manifesta3o, que as identificam e tipificam, h3 um princípio comum que, de acordo com a experinciade cada indivíduo, se poder3o traduzir numa tendência comum para a exterioriza3o de comportamentos agressivos, com diferentes graus de intensidade e tipos de orienta3o, que dependem, de entre muitas outras influências, também, do sexo do indivíduo. Dada a escassez de informa3o sobre as cren3as dos indivíduos sobre o fen3meno da violência interpaparental, que possa corroborar ou contradizer os resultados deste estudo, sentimo-nos impelidos a recorrer à compara3o com os resultados de estudos relacionados com outros tipos de violência, que analisam os comportamentos e cren3as, também, em fun3o dos sexos masculino e feminino.

Segundo um estudo conduzido por Machado, Sani e Oliveira (2010) ficou evidenciada a existência de diferen3as relativas às cren3as sobre violência entre rapazes e raparigas, revelando que os sujeitos do sexo masculino, em geral, apresentam ideias mais

distorcidas relativamente ao fenómeno da violência interpessoal. Os rapazes subscrevem mais a crença de que a violência poderá ser justificável em função dos comportamentos das mulheres, consideram mais importante preservar a privacidade familiar e acreditam que a violência poderá ser atribuída a causas externas e fora do controlo do agressor (álcool ou pobreza), minimizando mais a “pequena violência” no contexto das relações íntimas (Machado, Matos & Moreira, 2003).

O resultado obtido no nosso estudo poderá ficar a dever-se ao facto do sexo feminino, o qual, de acordo com as estatísticas, se constitui maioritariamente como vítima, estar mais sensibilizado para esta situação (APAV, 2011), o que é corroborado, por um estudo britânico sobre violência doméstica, tendo como público-alvo adultos do sexo feminino e masculino, que revelou um risco de vitimação mais elevado no caso das mulheres (Finney, 2006).

Uma outra explicação para o nosso resultado poderá estar relacionada com o sentimento maternal da mulher. A mãe é, geralmente, tida como a figura de referência para cuidar, proteger e interagir com o bebé (Guerra, 2003). No entanto, no âmbito da violência interparental, existem estudos que indicam a não existência de uma diferença significativa para o sexo do agressor.

Um estudo conduzido por Pinheiro e Williams (2009) verificou que aproximadamente 55% dos sujeitos relatou ter presenciado violência entre os pais, sendo que a violência psicológica foi o tipo mais relatado: entre as meninas, 55.8% relatou ter visto o pai cometer algum tipo de violência psicológica contra a mãe e 58.3% relatou ter visto a mãe agredir o pai dessa maneira. Já entre os sujeitos do sexo masculino, 54.2% disse ter visto o pai agredir a mãe e 49.4% viu a mãe agredir o pai com alguma forma de violência psicológica. Pode dizer-se que a violência do pai contra a mãe foi bastante semelhante à violência da mãe contra o pai.

No nosso estudo verificamos, ainda, que os questionários preenchidos online exprimiram crenças mais distorcidas, quando comparados com os questionários administrados em formato de papel. Esta constatação poderá ter ficado a dever-se:

- ao facto da presença do investigador ser crucial para o caso de existir alguma dúvida sobre alguma palavra ou frase que possa ser esclarecida no momento do preenchimento;

- à probabilidade de maior concentração por parte do participante pelo facto de proceder ao preenchimento do questionário em formato de papel;

- eventualmente, à maior simplicidade do procedimento relativo à receção, preenchimento e entrega do questionário em formato de papel;

Estudos sobre o melhor método de divulgação de questionários – online ou em formato papel

- revelam que a realização de questionários via internet apresentam ainda alguns problemas, tais como, a fiabilidade dos resultados e a origem dos valores apurados, para os quais é necessário encontrar soluções. A taxa de resposta mínima esperada para questionários em papel é de 50%, não sendo conhecido o nível de adesão a questionários *online* em Portugal. Por esse motivo, na maioria dos estudos ainda é utilizado o papel como ferramenta preferencial. Silva et al. (1997, as cited in Vasconcellos & Guedes, 2007) realizaram outra pesquisa em que aplicaram questionários com a opção de preenchimento em papel ou através de uma página na Internet. Dos 102 sujeitos que receberam o questionário, responderam 65 (63,7%), dos quais 42 (64,6%) responderam ao questionário em formato papel e 23 (35,38%) responderam através da página na Internet.

Hipólito et al. (1996, as cited in Vasconcellos & Guedes, 2007) pesquisaram a utilização das tecnologias de informação através do envio de questionários em papel e via e-mail. A taxa média de resposta dos questionários em papel (30%) foi maior que dos questionários via e-mail (8.2%).

A crescente utilização da internet para a obtenção de respostas a inquéritos ou questionários, os quais permitem, rapidamente (*online*), conhecer e tratar resultados quase em tempo real, é um avanço significativo sobre o método tradicional mas implica a avaliação prévia do novo método de recolha de dados (Tokars et al., 2004), uma vez que ainda existem problemas para os quais são necessárias soluções. Um deles é a fiabilidade dos resultados; outro é a origem dos valores apurados. Como a taxa de resposta mínima esperada para questionários em papel é de 50%, não sendo conhecido o nível de adesão a questionários *online* em Portugal, a maioria dos estudos ainda se mantém, preferencialmente, no formato de papel. Estudos indicam que a administração de questionários via online conduz a taxas de resposta muito baixas (Tse, 1998).

A administração de questionários online traz inúmeras vantagens económicas, é mais eficiente em termos de tempo de envio e a recolha de dados é quase imediata, devido às aplicações e automatismos que os suportam informaticamente, o que facilita imenso o trabalho, sobretudo, do administrador de estudos com amostragem de grande dimensão (Malhotra, 2006).

## CONCLUSÃO

Apesar dos recentes estudos sobre a temática, a exposição de crianças e jovens à violência familiar é, ainda hoje, um fenômeno social pouco estudado. Trata-se de uma forma de violência que não deixa marcas visíveis comparativamente a outras formas de violência (e.g. maus tratos físicos). Não obstante, a exposição a conflitos interparentais, constitui por si só, um dos stressores mais negativo para as crianças, principalmente se estes envolverem agressões físicas, com efeitos diretos e indiretos, a curto, a médio e a longo prazo (Margolin, 2005).

Iniciamos este trabalho com a revisão teórica, selecionada por ser considerada pertinente, por forma a proporcionar um conhecimento mais sustentado e sólido da problemática dos maus tratos infantis no geral e da violência interparental em particular, essencial para o desenvolvimento do enquadramento teórico e para a condução científica do estudo. Na segunda parte, foi administrada a Escala de Crenças sobre Violência Interparental (E.C.V.I.) com o objetivo de analisar as crenças dos indivíduos sobre a temática.

Os resultados do estudo indicam, genericamente, que os sujeitos da amostra não revelaram crenças distorcidas sobre o fenómeno. Parece-nos que, felizmente, as recentes campanhas de prevenção/sensibilização sobre esta forma de violência têm alertado mais a comunidade para a necessidade de denúncia destas situações. No entanto, devemos salientar a existência de uma certa tolerância social perante estes comportamentos no seio familiar. Assistimos, não raras vezes, a comportamentos de conformismo e passividade em relação a este tipo de violência, numa atitude egoísta e irresponsável para com a situação.

O fenómeno da violência remete-nos para as noções de representação social, crenças, estereótipos, e pré-conceitos, presentes na vida social de cada sujeito, bem como, para as noções relativas à influência da produção cultural, dos hábitos e dos símbolos culturais na

estruturação dessas mesmas representações (Porto, 2006). As crenças sobre a violência poderão ter um papel preponderante na compreensão do fenómeno da violência nas relações interpessoais, pois podem ou não legitimar, estes comportamentos. A interpretação de determinada situação vai condicionar a forma como o indivíduo age, daí a importância de perceber quais as crenças associadas à violência (Cauffman, Feldman, Jensen & Arnett, 2000). É essencial compreender quais as atitudes e crenças dos indivíduos para poder delinear programas de prevenção com um impacto eficiente.

A escala utilizada na investigação – E.C.V.I. – evidencia propriedades que permitem a sua utilização em investigações futuras, traduzindo-se num instrumento útil permitindo aceder às crenças dos sujeitos relativas à violência interparental. Novos estudos poderão ajudar a clarificar algumas das questões levantadas e aferir melhor as qualidades psicométrica instrumento, tentando ultrapassar algumas das limitações do estudo atual. As duas primeiras limitações deste estudo têm a ver com a abrangência etária da amostra e com o grau de escolaridade dos participantes e, neste sentido não foi tão significativa e representativa como desejável. As idades dos sujeitos encontram-se na sua maioria entre os 21 e 25 anos e, os participantes são também na sua maioria, licenciados. Seria interessante, por exemplo, estudar dois grupos com idades distintas, para além dos 21 aos 25, também, dos 55 anos adiante, de modo a verificar eventuais diferenças entre crenças em termos de idade e de habilitações literárias.

A desproporção entre o número de respostas online (132) e o de respostas obtidas em formato papel (68), não permitiu estabelecer uma comparação totalmente precisa entre os dois meios de divulgação utilizados sobre a tendência das respostas.

Finalmente, importa alertar para o facto de os resultados obtidos poderem, nalguns casos dever-se à desajustabilidade social uma vez que os itens estão todos construídos no mesmo sentido, o que poderá influenciar as respostas dos sujeitos.

## REFERÊNCIAS

- Abell, S. (2008). Domestic violence: Its impact on children. *Clinical Pediatrics*, 47 (4), 413-415.
- Alberto, I. (2010). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Edições Almedina.
- Almeida, A. N., André, I. M. & Almeida, H. N. (1999). Famílias e maus tratos às crianças em Portugal. *Relatório Final*. Instituto de Ciências Sociais: Universidade de Lisboa.
- Antunes, M. J. (2009). *Código Penal*. (16ª Ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Antunes, F. (2002). Violência e vítimas em contexto doméstico. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Ed.), *Violência e vítimas de crimes*. Vol. I: Adultos. (pp. 43-77). Coimbra: Quarteto Editora.
- APAV. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2009). Dados Estatísticos Nacionais. Retirado de: [http://www.apav.pt/portal/pdf/estatisticas\\_apav\\_2009.pdf](http://www.apav.pt/portal/pdf/estatisticas_apav_2009.pdf).
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1995). *Violência doméstica na infância e na adolescência*. São Paulo: Robe.
- Azevedo, M. & Maia, A. (2006). *Maus tratos à criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Baldry, A. C. (2002). Bullying in the schools and exposure to domestic violence. *Child Abuse & Neglect*, 27 (7), 713-732.
- Benetti, S. P. C. (2006). Conflito conjugal: Impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (2), 261-268.
- Bogat, G., DeJonghe, E., Levendosky, A., Davidson, W. & Von Eye, A. (2006). Trauma symptoms among infants exposed to intimate partner violence. *Child Abuse Neglect*, 30, 109-25.
- Bourassa, C. (2007). Cooccurrence of interparental violence and child physical abuse and its effect on the adolescent's behavior. *Journal of Family Violence*, 22 (8), 691-701.

- Brancalhone, P. G., Fogo, J. C. & Williams, L. A. (2004). Crianças expostas à violência conjugal: Avaliação do desempenho académico. *Revista de Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20 (2), 113-117.
- Briere, J. N. (1992). *Child abuse trauma: Theory and treatment of the lasting effects*. Londres: Sage Publications.
- Buckley, H., Holt, S. & Whelan, S. (2007). Listen to me! Children's experience of domestic violence. *Child Abuse Review*, 16 (5), 296-310.
- Calheiros, M. (2006). *A construção social do mau trato e negligência parental: Do senso-comum ao conhecimento científico*. Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Coimbra: Imprensa de Coimbra, Lda.
- Calheiros, M., Garrido, M. & Santos, S. (2011). *Crianças em risco e perigo. Contextos, investigação e intervenção*. (1ª Ed.), Lisboa: Edições Sílabo.
- Canha, J. (2003). *A criança maltratada. O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação*. (2ª Ed.). Coimbra: Quarteto Editora.
- Carlson, B. E. (2000). Children exposed to intimate partner violence. Research findings and implications for intervention. *Trauma, Violence and Abuse*, 1 (4), 321- 329.
- Casanueva, C., Martin, S., Runyan, D., Barth, R., & Bradley, R. (2008). Quality of maternal parenting among intimate-partner violence victims involved with the child welfare system. *Journal of Family Violence*, 23, 413-427.
- Cauffman, E., Feldman, S. S., Jensen, A. L. & Arnett, J. J. (2000). The (un) acceptability of violence against peers and dates. *Journal of Adolescent Research*, 15 (6), 652-673.
- Coutinho, M. J. & Sani, A. I. (2008). A experiência de vitimação de crianças acolhidas em casa abrigo. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Fernando Pessoa*, 5, 188-201.

- Cox, M. J., Paley, B. & Harter, K. (2001). Interparental conflict and parent-child relationships. In J. H. Grych & F. D. Fincham (Eds.). *Interparental conflict and child development*. Cambridge: Cambridge Press.
- Cummings, E. M. (1998). Children exposed to marital conflict and violence: conceptual and theoretical directions. *Children exposed to marital violence theory, research and applied issues*, 21-53.
- Cummings, J. E., Pepler, D. J. & Moore, T. E. (1998). Behavior, problems in children exposed to wife abuse: gender differences. *Journal of Family Violence*, 14, 133-156.
- Cummings, M. E., Goeke-Morey, M. C. & Papp, L. M. (2003). Children's responses to everyday marital conflict tactics in the home. *Child Development*, 74 (6), 1918-1929.
- Cunningham, A. & Baker, L. (2005). *Learning to listen, learning to help: Understanding woman abuse and its effects on children*. London, Centre for Children & Families in the Justice Systems of the London Family Court Clinic.
- Cummings, A. & Baker, L. (2007). *Little eyes, little ears – How violence against a mother shapes children as they grow*. London, On: Centre of Children and Families in the Justice System.
- Dadds, M. R., Sanders, M. R., Morrison, M. & Rebgetz, M. (1992). Childhood depression and conduct disorder: An analysis of family interaction patterns in the home. *Journal of Abnormal Psychology*, (10), 505-513.
- Day, V., Telles, L., Zoratto, P., Azambuja, M., Machado, D., Silveira, M., Debiaggi, M., Reis, M., Cardoso, R & Blank, P. (2003) Violência doméstica e as suas diferentes manifestações. *Revista Psiquiatria*, 2, 9-21.
- Davies, P. T. & Cummings, E. M. (1994). Marital conflict and child adjustment: An emotional security hypothesis. *Psychological Bulletin*, 116 (3), 387-411.

- Davies, P. T. & Lindsay, L. L. (2004). Interparental conflict and adolescent adjustment: why does gender moderate early adolescent vulnerability? *Journal of Family Psychology*, 18,170-180.
- Deslandes, S. F., Assis, S. G., & Santos, N. C. (2005). Violências envolvendo crianças no Brasil: Um plural estruturante e estruturado. In Brasil. Ministério da Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*, 43-77.
- Direção-Geral da Saúde. (2008). Maus tratos em crianças e jovens. Retirado de: [http://www.arsalgarve.minsaude.pt/saudeeviolencia/exemplo/images/conteudos/2\\_3\\_PDF%201.pdf](http://www.arsalgarve.minsaude.pt/saudeeviolencia/exemplo/images/conteudos/2_3_PDF%201.pdf).
- Durand, J., Schraiber, L., França-Junior, I. & Barros, C. (2011). Repercussão da exposição à violência por parceiro íntimo no comportamento dos filhos. *Revista de Saúde Pública*, 45 (2), 355-64.
- Edleson, J. L. (2000). Should childhood exposure to adult domestic violence be defined as child maltreatment under the law? In *Child and Youth Services Review*. Minnesota Center against Violence and Abuse. Retirado de: <http://www.mincava.umn.edu/pages/link>.
- Edleson, J. L. (2001). Studying the cooccurrence of child maltreatment and domestic violence in families. In Graham-Bermann, S. A. e Edleson, J. (Ed.), *Domestic violence in the lives of children. The future of research, intervention and social policy*. (pp.91-110). Washington: American Psychological Association.
- Edleson, J. L., Johson, K. e Shin, N. (2007). Children's exposure to domestic violence scale. User Manual. Retirado de: <http://www.mincava.umn.edu/cedv/cedvmanual.pdf>.
- Edmond, V., Fitzgerald, M. & Kracke, K. (2005). Incidence and Prevalence of Children Exposed to Violence. Research Review. Retirado de: <http://www.safestartcenter.org/pdf/incidence.pdf>.

- Eisikovits, Z., Winstok, Z. & Enosh, G. (1998). Children's experience of interparental violence: A heuristic model. *Children and Youth Services Review, 20* (6), 547-568.
- El-Sheikh, M. & Harger, J. (2001). Appraisals of marital conflict and children's adjustment, health, and physio-logical reactivity. *Developmental Psychology, 37*, 875-885.
- Emery, R. E. (1989). Family violence. *American Psychological Association, 44* (2), 339-357.
- Esfandyari, B., Baharudin, R. & Nowzari, L. (2009). The relationship between interparental conflicts and externalizing behavior problems among adolescents. *European Journal of Social Sciences, 12* (1), 121-126.
- Fang, X. & Corso, P. (2008). Gender differences in the connections between violence experienced as a child and perpetration of intimate partner violence young adulthood. *Journal of Family Psychology, 23*, 303-313.
- Fantuzzo, J. W., Boruch, R., Beriama, A., Atkins, M. & Marcus, S. (1997). Domestic violence and children: Prevalence and risk in five major U.S. cities. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 36* (1), 116- 122.
- Fantuzzo, J. W. & Mohr, W. K. (1999). Prevalence and effects of child exposure to exposed to family violence. *Development and Psychopathology, 13*, 83-96.
- Feldman, P. (1993). *The psychology of crime. A social science textbook*. Cambridge University Press.
- Fehringer, J. & Hindin, M. (2009). Like parent, like child: Intergerational transmission of partner violence in Cebu, the Philippines. *Journal of Adolescent Health, 44*, 363-371.
- Fergusson, D. M. & Horwood, L. J. (1998). Exposure to interparental violence in childhood and psychological adjustment in young adulthood. *Child Abuse and Neglect, 22*, 339-357.
- Ferreira, J. (2007). Para vocês crianças. Disponível em: <http://www.luso-poemas.net/modules/news/article.php?storyid=8559>. (consultado a 12/01/2012)

- Fincham, F. D. (1994). Understanding the association between marital conflict and child adjustment. *Journal of Family Psychology*, 8, 123-127.
- Fincham, F. D., Grych, J. H. & Osborne, L. N. (1994). Does marital conflict cause child maladjustment? Directions and challenges for longitudinal research. *Journal of Family Psychology*, 8 (2), 128-140.
- Finney, A. (2006), *Domestic Violence, sexual assault and stalking: findings from the 2004/2005 British Crime Survey*. Home Office Online Report 12/06.
- Gil, D. G. (1971). Violence against children. *Journal of Marriage and Family*, 33(4), 637-648.
- Gilliom, M., Shaw, D. S., Beck, J. E., Schonberg, M. A., & Lukon, J. L. (2002). Anger regulation in disadvantaged preschool boys: Strategies, antecedents, and the development of self-control. *Developmental Psychology*, 38, 222–235.
- Glaser, D. (2002) Emotional abuse and neglect a conceptual framework. *Child Abuse and Neglect*, 26, 697– 714.
- Graham-Bermann, S. A. (1998). The impact of women abuse on children’s social development: Research and theoretical perspectives. In G. W. Holden, R. Geffner & E. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*. (pp. 21-54) Washington: American Psychological Association.
- Graham-Bermann, S. A. (2002). Child abuse in the context of domestic violence. In Myers, J. E. B., Berliner. L., Briere, J., Hendrix, C. T., Jenny, C. & Reid, T. A. (Eds.), *The APSAC handbook on child maltreatment* (2<sup>a</sup> Ed.) (pp. 21-54). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Graham-Bermann, S. A. & Levendosky, A. A. (1998). Traumatic stress symptoms in children of battered women. *Journal of Interpersonal Violence*, 13, 111-128.

- Graham-Bermann, S. A. & Hughes, H. M. (2003). Intervention for children exposed to interparental violence (IPV): Assessment of needs and research priorities. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 6 (3), 189-204.
- Grych, J. H. (1998). Children's appraisals of interparental conflict: Situational and contextual influences. *Journal of Family Psychology*, 12 (3), 437-453.
- Grych, J. H. & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: a cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, 108, 267-290.
- Grych, J. H., Jouriles, E. N., Swank, P. R., McDonald, R. & Norwood, W. D. (2000). Patterns of adjustment among children of battered women. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 68 (1), 84-94.
- Guerra, R.F. (2003). Uma análise evolucionária da parturição e do desenvolvimento infantil em mamíferos. *Revista de Ciências Humanas*, 34, 395-439.
- Haj-Yahia, & M., Zoysa, P. (2008). Rates and psychological effects of exposure to family violence among Sri Lankan university students. *Child Abuse & Neglect*, 32, 994-1002.
- Halford, W. K., Sanders, M. R. & Behrens, B. C. (2000). Repeating the errors of our parents? Family-of-origin spouse violence and observed conflict management in engaged couples. *Family Process*, 39 (2), 219-235.
- Hernandez, P. R. & Grãs, R. M. L (2005). Víctimas de violência familiar: Consecuencias psicológicas en hijos de mujeres maltratadas. *Anales de Psicología*, 21 (1), 11-17.
- Herrenkohl, T.& Herrenkohl, C. (2007). Examining the overlap and prediction of multiple forms of child maltreatment, stressors, and socioeconomic status: a longitudinal analysis of youth outcomes. *Journal of Family Psychology*, 22, 553-562.
- Hester, M., Pearson, C. & Harwin, N. (2000). *Making an impact: Children and domestic violence*. London: Pentonville Road.

- Holden, G. W. & Ritchie, K. L. (1991). Linking extreme marital discord, child rearing, and child behavior problems: evidence from battered women. *Child Development, 62*, 311-327.
- Holden, G. W. (1998). Introduction: The development of research into another consequence of family violence. In G. W. Holden, R. Geffner & E. N. Jouriles (Ed.), *Children exposed to marital violence: Theory, research and applied issues*. (pp.1-18). Washington: American Psychological Association.
- Holt, S., Buckley, H. & Whelan, S. (2008). The impact of exposure to domestic violence on children and young people: A review of the literature. *Child Abuse and Neglect, 32* (6), 797-810.
- Hughes, H. M. & Luke, D. A. (1998). Heterogeneity in adjustment among children of battered women. In Holden, G. W., Geffner, R. & Jouriles, E. N. *Children exposed to marital violence: theory, research and applied issues*. Washington: American Psychological Association.
- Hughes, H. M., Humphrey, N. M., & Weaver, T. I. (2005). Advances in violence and trauma. Toward comprehensive ecological models. *Journal of Interpersonal Violence, 20* (1), 31-38.
- Huth-Bocks, A., & Hughes, H. M. (2008). Parenting stress, parenting behavior, and children's adjustments in families experiencing intimate partner violence. *Journal of Family Violence, 23* (4), 243-251.
- Jaffe, P., G. Wolfe, D. A. & Wilson, S. K. (1990). *Children of battered women. Developmental clinical psychology and psychiatry, 21*. Newbury Park, CA: Sage Publications.
- Jaffe, P. G. & Poisson, S. E. (2000). Children exposed to domestic violence: Challenges for the next century. In P. G. Jaffe, M. Russell & M. J. G. Smith (Orgs.), *Creating a*

- legacy hope: Proceedings of an International Conference on Children Exposed to Domestic Violence* (pp. 1-6). Vancouver: Yukon Society of Transitions Houses.
- Jankowsky, M., Leitenberg, H., Henning, K., & Coffey, P. (1999). Intergenerational transmission of dating aggression as a function of witnessing only same sex parents vs. opposite sex parents vs. both parents as perpetrators of domestic violence. *Journal of Family Violence, 14* (3), 267-279.
- Jenkins, J. M. & Smith, M. A. (1991). Marital disharmony and children's behavioral problems: Aspects of a poor marriage that affect children adversely. *Journal of Child Psychology and Psychiatry 32*, 793-810.
- Jiménez, B. A. (2009). Menores Expuestos a Violencia contra la Pareja: Notas para una Práctica Clínica Basada en la Evidencia. *Clínica y Salud, 20* (3), 261-272.
- Jouriles, E. N., McDonald, R., Norwood, W. D. & Ezell, E. (2001). Issues and controversies in documenting the prevalence of children's exposure to domestic violence. Em S. A. Graham-Bermann & J. Edleson (Orgs.), *Domestic violence in the lives of children: The future of research, intervention, and social policy*. Washington: American Psychological Association.
- Kashani, J. H. & Allan, W. D. (1998). *The impact of family violence on children and adolescents*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Katz, L. F. & Gottman, J.M. (1993). Patterns of marital conflict predict children's internalizing and externalizing behaviors. *Developmental Psychology, 29*, 940-950.
- Kerig, P. K. (1998). Gender and appraisals as mediators of adjustment in children exposed to interparental violence. *Journal of Family Violence, 13*, 345-363.
- Kerig, P. K & Fedorowicz, A. E. (1999). Assessing maltreatment of children of battered woman: methodological and ethical considerations. *Child Maltreatment, (4) 2*, 103-115.

- Kitzmann, K. M., Gaylord, N. K., Holt, A. M. & Kenny, E. D. (2003). Child witnesses to domestic violence: A meta analytic review. *Journal of consulting and clinical psychology, 71* (2), 333-352.
- Kubeka, A. (2008). Exposure to violence at home: a qualitative exploration of experiences and perceptions of black adolescents in South Africa. *South Africa Review of Sociology, 39* (2), 282-300.
- Kwong, J. M., Bartholomew, K., Henderson, Z. A. & Trinke, J. S. (2003). The intergenerational transmission of relationship violence. *Journal of Family Psychology, 17* (3), 288-301.
- Lang, J. & Stover, C. (2008). Symptom patterns among youth exposed intimate partner violence. *Journal of Family Violence, 23*, 619-629.
- Levendosky, A. A. & Graham-Bermann, S. A. (2001). Parenting in battered women: The effects of domestic violence on women and their children. *Journal of Family Violence, 16*, 171–192.
- Lisboa, C., Koller, S., Ribas, F., Bitencourt, K., Oliveira, L., Porciuncula, L. & Marchi, R. (2002). Estratégias de coping e de crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica. *Psicologia, Reflexão e Crítica, 15* (2), 345-362.
- Lisboa, M., Barroso, Z, Patrício, J. & Leandro, A. (2009). A violência contra as mulheres numa perspectiva comparativa. (1995-2007). Violência – Género. Inquérito Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Litrownick, A., Newton, R., Hunter, W., English, D. & Everson, D. (2003). Exposure to family violence in young at-risk children: A longitudinal look at the effects of victimization and witnessing physical and psychological aggression. *Journal of Family Violence, 18* (1), 59-73.

- Lourenço, N. & Lisboa, M. (1992). *Representações da violência 2*. Ministério da Justiça. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Lourenço, L., Salgado, F., Amaral, A. Gomes, S. & Senra, L. (2011). O impacto do testemunho da violência interparental em crianças: Uma breve pesquisa bibliométrica e bibliográfica. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 4 (1), 104-111.
- Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. I. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, (33), 69-83.
- Machado, L., Sani, I. A. & Oliveira, S. M. (2010). Crenças e representações sociais dos adolescentes sobre a violência interparental. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais* (7), 412-423.
- Madeira, A. F. (2011). Considerações culturais no mau trato. O Portal dos Psicólogos. [em linha] Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0596.pdf>. (consultado a 20/6/2012)
- Magalhães, T. (2005). *Maus tratos em crianças e jovens*. (4ªEd.), Coimbra: Quarteto Editora.
- Malhotra, N. K. (2006). *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. (3ªEd.). Porto Alegre: Bookman.
- Marcus, N. E., Lindahl, M. K., & Malik, N. M. (2001). Interparental conflict, children's social cognitions, and child aggression: A test of a mediational model. *Journal of Family Psychology*, 15 (2), 315-333.
- Margolin, G. (2005). Children exposure to violence. Exploring developmental pathways to diverse outcomes. *Journal of Interpersonal Violence*, 20 (1), 72-81.
- Margolin, G. & Gordis, E. B. (2000). The effects of family and community violence on children. *Annual Review of Psychology*, (51), 445-479.
- Margolin, G. & Gordis, E. B. (2004). Children's exposure to violence in the family and community. *Current Directions in Psychological Science*, 13 (14), 152-155.

- Maroco, J. (2003). *Análise Estatística – Com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Martin, S. E. & Clements, M. L. (2002). Young children's responding to interparental conflict: Associations with marital aggressions and child adjustment. *Journal of Family Studies*, 11 (2), 231-244.
- Martins, P.C. (2001). O mau trato infantil a comunicação social. *Revista do Centro Cultural do Alto Minho Mealibra*, (8).
- Martínez, R. A. & Paúl, J. (1993). *Mau trato y abandono en la infancia*. Barcelona: Ediciones Martínez Roca.
- Masten, C., Guyer, A., Hodgdon, H., McClure, E., Charney, D., Ernst, M., Kaufman, J., Pine, D. & Monk, C. (2008). Recognition of facial emotions among maltreated children with high rates of post-traumatic stress disorder. *Child Abuse & Neglect*, 32, 139-153.
- Mathilde, M., Overbeek, J., De Schipper, C., Lamers-Winkelmann, F. & Schuengel, C. (2012). The effectiveness of a trauma-focused psycho-educational secondary prevention program for children exposed to interparental violence: study protocol for a randomized controlled trial. *BioMed Central Journals*. Retirado de: <http://www.trialsjournal.com/content/13/1/12/abstract>.
- Matos, M. (2003). *Violência conjugal: Violência e vítimas de crime*. Coimbra: Quarteto.
- McCloskey, L. A., Figueredo, A. J. e Koss, M. P. (1995). The effects of systemic family violence on children's mental health. *Child Development*, 66 (5), 1239-1261.
- McIntosh, J. E. (2003). Children living with domestic violence: Research foundations for early intervention. *Journal of Family Studies*, 9, 219-234.
- McDonald, R., Jouriles, E., Norwood, W., Ware, H., & Ezell, E. (2000). Husband's marital violence and the adjustment problems of clinic-referred children. *Behavior Therapy*, 31, 649-665.

- McDonald, R., Jouriles, E. N., Ramisset-Mikler, S., Caetano, R. & Green, C. E. (2006). Estimating the number of American children living in the partner-violent families. *Journal of Family Psychology, 20*, 137-142.
- McFarlane, J., Groff, J., O'Brien, A. & Watson, K. (2003). Behaviors of children who are exposed and not exposed to intimate partner violence: an analysis of 330 black, white, and Hispanic children. *Pediatrics, 112*, 202-207.
- Moretti, M. M., Obsuth, I., Odgers, C. & Reebye, P. (2006). Exposure to maternal versus paternal partner violence, PTSD and aggression in adolescent girls and boys. *Aggressive Behavior, 32*, 385-395.
- Murphy, C. M. & Blumenthal, B. R. (2000). The mediating influence of interpersonal problems on the intergenerational transmission of relationship aggression. *Personal Relationships, 7*, 203-218.
- Murrell, A., Christoff, K. & Henning, K. (2007). Characteristics of domestic violence offenders: associations between childhood exposed to violence. *Journal of Family Violence, 22*, 523-532.
- Nash, J. (1985). *Social psychology. Society and self*. Minnesota: West Publishing.
- Nighswander, M. & Proulx, J. (2007). *Children first: A guide for service providers working with children exposed to family violence*. Winnipeg, MB: Resolve Manitoba.
- Ochotorena, J. De P. (2001). Situaciones de desprotección infantil: Descripción y etiología. In De P. Ochotorena e M.I.A. Madariga. *Manual de protección infantil (2ªEd)*. Barcelona: Masson.
- Office for Victims of Crime (OVC). (1999). Breaking the cycle of violence: recommendations to improve the criminal justice response to child victims and witnesses. Office of Justice Programs. Washington, D. C. : U.S. Department of Justice. Disponivel em :

<http://www.ojp.usdoj.gov/ovc/publications/factsheets/monograph.htm>. (consultado em 11.01.2012)

- O’Leary, K. D., Barling, J., Arias, I., & Rosenbaum, A. (1989). Prevalence and stability of physical aggression between spouses: A longitudinal analysis. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 57*, 263–268.
- Osofsky, J. (2003). Prevalence of children’s exposure to domestic violence and child maltreatment: implications for prevention and intervention. *Clinical Child and Family Psychology Review, 6*, (3), 161-170.
- Overlien, C. & Hydén, M. (2009). Children’s actions when experiencing domestic violence. *Childhood, 16*, (4), 479-496.
- Overlien, C. (2010). Children exposed to violence domestic. conclusions from the literature and challenges ahead. *Journal of Social Work, 10* (1), 80-97.
- Paxson, C. & Haskins, R. (2009). Preventing child maltreatment. *Journal the Future of Children, 19* (2), 3-17.
- Peled, E. & Davis, D. (1995). *Groupwork with children of battered woman: a practitioner’s guide*. London: Sage Publications.
- Pepler, D. J., Catallo, R. & Morre, T. E. (2000). Consider the children: Research informing interventions for children exposed to domestic violence. In Geffner, R. A., Jaffe, P. G. & Sudermann, M. (Ed.), *Children exposed to domestic violence: Current issues in research, intervention, prevention, and policy development*. Binghamton, NY: Haworth, 37-57.
- Pereira, S. & Benetti, C. (2006). Conflito conjugal: impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia: reflexão e crítica, 19* (2), 261-268.
- Pinheiro, F. M. F. & Williams, A. C. L. (2009). Violência intrafamiliar e intimidação entre colegas no ensino fundamental. *Cadernos de Pesquisa, 39* (138), 995-1018.

- Pires, A. & Miyazaki, M. (2005). Maus-tratos contra crianças e adolescentes: Revisão da literatura para profissionais da saúde. *Revista Arquivos de Ciência da Saúde*, 12 (1), 42-49.
- Porto, M. S. (2006). Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, 16, 250-273.
- Price, E. L., Byers, E. S., Belliveau, N., Bonner, R., Caron, B., Doiron, D., Greenough, J., Guerettr-Breau, A. Hicks, L. & Landry, A. (1999). The attitudes towards dating violence scales: Development and initial validation. *Journal of Family Violence*, 14 (4), 387-415.
- Ramirez, M. A. (2004). Conflictos entre padres y desarrollo de los hijos. *Revista de Ciencias Sociales*, 11 (34), 171-182.
- Reese-Weber, M. & Kahn, J. (2005). Familial predictors of sibling and romantic-partner conflict resolution: Comparing late adolescents from intact and divorced families. *Journal of Adolescence*, 28, 479-493.
- Rossmam, B. & Rosemberg, M. (1992). Family stress and functioning in children: The moderating effects of children's beliefs about their control over parental conflict. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 33, 699-715.
- Rossmam, B. B. & Ho, J. (2000). Posttraumatic responses and children exposed to parental violence. In R. A. Geffner, P. G. Jaffe e M. Sudermann (Eds), *Children exposed to domestic violence. Current issues in research, intervention, prevention and policy development*. New York: The Haworth Maltreatment e Trauma Press.
- Roustit, C., Renahy, E., Guernec, G., Lesieur, S., Parizot, I. & Chauvin, P. (2009). Exposure to interparental violence and psychosocial maladjustment in the adult life course: advocacy for early prevention. *Journal of Epidemiol & Community Health*, (63), 563-568.

- Sani, A. I. (1999). As Vítimas silenciosas: A experiência indireta nas crianças. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 247-257.
- Sani, A. I. (2002). *As Crianças e a violência: narrativas de crianças vítimas e testemunhas de crimes*. (1ªEd.). Coimbra: Quarteto Editora.
- Sani, A. I. (2004). Abordagens teóricas da violência interparental: Compreensão do ajustamento da criança. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 2, 153-177.
- Sani, A. I. (2006a). As variáveis mediadoras do impacto na criança da exposição à violência interparental. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 4, 111-133.
- Sani, A. I. (2006b). Vitimação indireta de crianças em contexto familiar. *Análise Social*, (180), 849-864.
- Sani, A. I. (2008). Crianças expostas à violência interparental. In C. Machado, & R. A. Gonçalves (Orgs.). *Violência e vítimas de crimes: crianças*. Coimbra: Quarteto.
- Sani, A. I. (2011). Crianças vítimas de violência: representações e impacto do fenómeno. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sani, A. I. & Gonçalves R. A. (2000). Representações da violência construídas por crianças. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 10, 437-453.
- Sani, A. I. & Gonçalves, R. A. (2007). As crenças e as perceções das crianças sobre a violência: conceptualização de um estudo empírico. *Psychologica*, 44, 79-95.
- Sani, A. I. & Almeida, T. (2011). Temas de vitimologia: realidades emergentes na vitimação e respostas sociais. In A.I. Sani (Coord.) *Violência interparental: A vitimação indireta de crianças*. Coimbra: Edições Almedina, S. A.
- Shen, A. (2009). Long-term effects of interparental violence and physical maltreatment experiences on PTSD and behavior problems: a national survey Taiwanese college students. *Child Abuse and Neglect*, 33, 148-160.

- Silva, L. (1995). Os jovens e a aprendizagem da violência na família: Filho de peixe sabe nadar. *Análise Psicológica*, 1 (2), 157-162.
- Silva, L. L., Coelho, E. B. S. & Caponi, S. N. C. (2007). Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, (21) 11, 93-103.
- Simon, V. A. & Furman, W. (2010). Interparental conflict and adolescents' romantic relationship conflict. *Journal of Research on Adolescence*, 20(1), 188-209.
- Skopp, N., McDonald, R., Jouriles, E., & Rosenfield, D. (2007). Partner aggression and children's externalizing problems: Maternal and partner warmth as protective factors. *Journal of Family Psychology*, 21 (3), 459-467.
- Soares, N. (1997). Crianças em risco: Passado e presente. Alguns contributos para a compreensão histórico-social da problemática das crianças maltratadas e negligenciadas. *Revista do Instituto de Reinserção Social*, 1, 35-51.
- Sox, R. (2004). Integrative review of recent child witness to violence research. *Clinical Excellence for Nurse Practitioners*, 8 (2), 68-78.
- Spaccarrelli, S., Sandler, I., & Roosa, M. (1994). History of spouse violence against mother: correlated risks and unique effects in child mental health. *Journal of Family Violence*, 1 (9), 79-98.
- Strauss, A. & Corbin, J. (1998). Basics qualitative research. Techniques and procedures for developing grounded theory. Thousand Oaks, Sage Publications.
- Sturge-Apple, M. L., Davies, P. T. & Cummings, E. M. (2006). Hostility and withdrawal in marital conflict: Effects on parental emotional unavailability and inconsistent discipline. *Journal of Family Psychology*, 20 (2), 227-238.
- Sudermann, M. & Jaffe, P. (1999). *A Handbook for health and social providers and educators on children exposed to woman abuse/family violence. The national clearinghouse on*

*family violence*. (World Wide web Homepage). Canada: Minister of Public Works and Government services Canada.

Summers, A. (2006). *Children's exposure to domestic violence: A guide to research and resources*. National Council of Juvenile and Family Court Judges, Permanency Planning for Children Department.

Thompson, M. P., Saltzman, L. E. & Johnson, H. (2003). A comparison of risk factors for intimate partner violence-related injury across two national surveys on violence against women. *Violence Against Women*, 9, 438-457.

Tokars, J.I., Richards, C., Andrus, M., Klevens, M., Curtis, A, Horan, T., Jernigan, J. & Cardo. D. (2004).The changing face of surveillance for health care-associated infections. *Clinical Infectious Disases*, 39 (9), 1347-52.

Tse, A. C. B. (1998). Comparing the Response Rate, Response Speed, and Response Quality of Two Methods of Sending Questionnaires: E-mail vs. Mail. *Journal of the Market Research Society*, 4 (40), 354-361.

Vasconcellos, L. & Guedes, L. (2007). E-surveys: Vantagens e Limitações dos Questionários Eletrônicos Via Internet no Contexto da Pesquisa Científica. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/42.pdf>. (consultado em 15. 05.2012)

Wamboldt, M. Z. & Wamboldt, F. S. (2000). Role of the family in the onset and outcome of childhood disorders: Selected research findings. *Journal f American Academy of Child Adolescent Psychiatry*, 39, 1212-1219.

Weithorn, L. (2001). Protecting children from exposure to domestic violence: The use and abuse of child maltreatment statutes. *Hastings Law Journal*, (1) 53.

- Wolf, D. A., Crooks, C. V. Lee, V., McIntyre-Smith, A. & Jaffe, P. G. (2003). The effects of children's exposure to domestic violence: a meta-analysis and critique. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 6 (3), 171-186.
- World Health Organization. (2006). *Preventing child maltreatment: A guide to taking action and generating evidence*. Disponível em: [http://whqlibdoc.who.int/publications/2006/9241594365\\_eng.pdf](http://whqlibdoc.who.int/publications/2006/9241594365_eng.pdf).(consultado em 10.02.2012)
- Yates, T., Dodds, M., Sroufe, L. A. & Egeland, B. (2003). Exposure to partner violence and child behavior problems: Controlling for child-directed abuse, child cognitive ability, family income, and life stress. *Development and Psychopathology*, 15, 199-218.
- Ybarra, G., Wilkens, S., & Lieberman, A. (2007). The influence of domestic violence on preschooler behavior and functioning. *Journal of Family Violence*, 22, 33-42.
- Zavaschi, M. L., Benetti, S. P., Polanczyk, G. V., Solés, N. & Sanchotene, M. L. (2002). Adolescents exposed to physical violence in the community: A survey in Brazilian public schools. *Revista Panamericana de Salud Publica*, (12), 327-332.
- Zeanah, C. H. & Scheeringa, M. S. (1997). The experience and effects of violence in infancy. In J. Osowsky (Ed.), *Children in a violent society*. New York: Guilford Press.

# **ANEXOS**

**03.01.2012**

**Título da notícia: “Deu três tiros na mulher em frente da filha”**

*“Vítima já tinha denunciado o companheiro por violência doméstica”*

“Uma mulher, de 26 anos, foi alvejada pelo companheiro com 3 tiros de pistola, na noite de domingo, no Cacém. O crime ocorreu em frente à filha da vítima, de 8 anos, que assistiu ao ataque e gritou por ajuda. O agressor já foi detido. A vítima está em coma.

Ana Maria M., de 26 anos, chegava a casa na noite e domingo com a filha de 8 anos quando foi surpreendida pelo companheiro. Este saiu do carro, que estava estacionado na rua, deu alguns passos em direcção à porta do prédio onde o casal vivia e disparou uma arma de fogo.

Ana Maria M. foi atingida por 3 tiros e ficou prostrada no chão, à entrada do prédio, ao lado da filha de 8 anos que, ao aperceber-se d situação, começou a gritar por ajuda.

... ao que o JN apurou, a vítima já havia denunciado o companheiro por violência doméstica em quatro ocasiões, tendo apresentado a última queixa no sábado. O casal vivia há cerca de um ano naquela residência com a filha da vítima, de 8 anos e um filho do casal, de 3 anos, entretanto entregues ao cuidado de uma avó...”.